



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA -
LICENCIATURA PLENA**

Delmiro Gouveia
2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA -
LICENCIATURA PLENA**

Projeto Pedagógico do Curso de História,
licenciatura, elaborado com o objetivo da sua
oferta pela Universidade Federal de Alagoas
no Campus do Sertão.

Reitora

Prof.^a Dr.^a Maria Valéria Costa Correia

Vice-reitor

Prof. Dr. José Vieira da Cruz

Pró-Reitora de Graduação

Prof.^a Dr.^a Sandra Regina Paz da Silva

Coordenadoria de Cursos de Graduação – CCG

Prof.^a Dr.^a Giana Raquel Rosa

Responsável pela Revisão do Projeto Pedagógico

Jean Luiz Davino dos Santos - Técnico em Assuntos
Educacionais/CCG/PROGRAD

Diretor do Campus

Prof. Dr. Agnaldo José dos Santos

Diretor Acadêmico

Prof. Dr. Thiago Trindade Matias

Comissão de Elaboração do Projeto

Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana
Prof. Ma. Sheyla Farias Silva

Comissão de Revisão do Projeto

Prof. Dr. Eltern Campina Vale
Prof. Msc. Flávio Augusto de Aguiar Moraes
Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana
Prof. Ma. Sheyla Farias Silva
Prof. Dr. Marcos Ricardo de Lima
Prof. Dr. Gustavo Manoel da Silva Gomes
Prof. Dr. Rodrigo José da Costa
Prof.^a Dra.^a Carla Taciane Figueiredo
José Benício Alves dos Santos – Técnico
Assuntos Educacionais

Delmiro Gouveia
2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1. APRESENTAÇÃO.....	8
1.1. Contextualização	8
1.2. Realidade regional	10
1.3. Justificativa.....	11
1.4. Histórico do curso.....	12
2. CONCEPÇÃO DO CURSO	13
2.1. Objetivos.....	13
2.2. Perfil e competência profissional do egresso	14
3. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	16
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	21
4.1. Matriz e proposta curricular	21
4.1.1. Transversalidade	22
4.1.2. Educação das Relações Étnico-raciais.....	23
4.1.3. Política de educação ambiental.....	24
4.1.4. Educação em direitos humanos	24
4.1.5. Matriz curricular	24
4.1.6. Proposta curricular.....	30
4.1.6.2 Ementas das Disciplinas Eletivas	57
4.1.6.3. Atividades Complementares (Acadêmicas, Científicas, Culturais).....	67
4.1.6.4. Prática Como Componente Curricular	68
4.1.6.5. O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.....	69
4.1.6.6. Atividades Curriculares de Extensão (ACE).....	70
4.1.6.7. Flexibilização curricular	76
4.1.6.8. Estágio Supervisionado	76
5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	79
5.1. Inovação e Qualificação	79
5.2. Internacionalização.....	80
5.3. A Responsabilidade Social	80
5.4. Acessibilidade.....	81
5.5. Inclusão e Política de Cotas.....	84
5.6. Apoio aos discentes	85
5.7. Integração entre ensino, pesquisa e extensão	88
5.7.1. Política de Extensão	89
5.7.2. Política de Pesquisa	94
6. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	95
7. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	97
8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM.....	98
9. OUTRAS AVALIAÇÕES.....	101
10. INFRAESTRUTURA.....	102
11 REFERÊNCIAS	103
12 ANEXOS	105

INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um documento público que tem por finalidade apresentar os cursos da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para a comunidade acadêmica. Sua elaboração ocorreu de forma participativa e incluiu representantes de todos os segmentos envolvidos na organização do curso, Colegiado, Núcleo Docente Estruturante e estudantes do curso de História, estes ouvidos em sessão plenária. Tendo como base o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), evidenciando, ainda, os seguintes princípios:

1. Indissociabilidade entre pesquisa, ensino extensão;
2. Interdisciplinaridade e articulação entre as diversas atividades desenvolvidas;
3. Flexibilização curricular;
4. Contextualização e criticidade dos conhecimentos;
5. Ética como orientação das ações educativas;
6. Prática de avaliação qualitativa, sistemática e processual do PPC.

Ressaltamos que, segundo Veiga (2004, p. 17), “não existe um projeto de curso isolado. Ele é parte de um projeto institucional, que é parte de uma universidade, que é parte de um sistema de educação, que é parte de um projeto de sociedade”. Além disso, o PPC, organizado coletivamente pelo Colegiado do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante, apresenta-se como um documento que revela a identidade e a intencionalidade da formação intelectual e profissional dos discentes e egressos do Curso de História.

O PPC do Curso de História tem por meta manter a coesão entre as legislações vigentes, o perfil profissional do curso, as atividades didático-pedagógicas, as concepções pedagógicas, as orientações metodológicas, os procedimentos didáticos de ensino e aprendizagem, as formas de avaliação, as atividades que ocorrem no curso, ou seja, a vida do curso. Por fim, sobre a importância de um Projeto Pedagógico de Curso, Ilma Veiga (2004, p. 25) esclarece:

O projeto político-pedagógico é mais do que uma formalidade instituída: é uma reflexão sobre a educação superior, sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, a produção e a socialização dos conhecimentos, sobre o aluno e o professor e a prática pedagógica que se realiza na universidade. O projeto político-pedagógico é uma aproximação maior entre o que se institui e o que se transforma em instituinte. Assim, a articulação do instituído com o instituinte possibilita a ampliação dos saberes.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

a) Identificação Institucional

MANTENEDORA: Ministério da Educação (MEC)

MUNICÍPIO-SEDE: Brasília – Distrito Federal (DF)

CNPJ: 00.394.445/0188-17

DEPENDÊNCIA: Administrativa Federal

MANTIDA: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

CÓDIGO: 577

MUNICÍPIO-SEDE: Maceió

ESTADO: Alagoas

ENDEREÇO DO CAMPUS SEDE:

Campus A. C. Simões – Cidade Universitária, Maceió/AL

Rodovia BR 101, Km 14. CEP: 57.072-970

FONE: (82) 3214-1100 (Central)

PORTAL ELETRÔNICO: www.ufal.edu.br

b) Identificação do curso

CURSO: História

MODALIDADE: Licenciatura Presencial

AUTORIZAÇÃO: Resolução nº 46/2009 – CONSUNI/UFAL, de 06 de julho de 2009 / Parecer CNE/CES nº 204, de 09/06/2011, Data de publicação: 13/06/2011.

RECONHECIMENTO: Portaria Ministerial nº 304, de 16/04/2015. Data de publicação no D.O.U: 16/04/2015.

NÚMERO DE VAGAS: 50 vagas por ano

TÍTULO OFERECIDO: Licenciado em História

CAMPUS: Sertão

MUNICÍPIO-SEDE: Delmiro Gouveia

ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO:

Rodovia AL 145, Km 3, nº 3849. Cidade Universitária. CEP: 57.480-000. Delmiro Gouveia – AL. Telefone: (82) 3214-1919

PORTAL ELETRÔNICO DO CURSO: <http://www.ufal.edu.br/sertao/graduacao/historia-licenciatura>

COORDENADOR (A) DO CURSO:

NOME: Eltern Campina Vale. FORMAÇÃO ACADÊMICA e TITULAÇÃO: Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (Bacharelado em 2002 e Licenciatura em 2004); Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará (2008) e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2018). REGIME DE TRABALHO: Dedicção exclusiva

ATOS LEGAIS: Reconhecimento: Portaria Ministerial nº 304 de 16/04/2015. Data de Publicação no D.O.U: 16/04/2015; Autorização: Resolução nº 46/2009 – CONSUNI/UFAL, de 06 de julho de 2009 / Parecer CNE/CES nº 204 de 09/06/2011. Data de Publicação: 13/06/2011.

CONCEITO DO CURSO: 4

TURNO DE FUNCIONAMENTO: Noturno

REGIME: Semestral

FORMAS DE INGRESSO: O ingresso no curso de História - Licenciatura é efetivado por meio de processo seletivo, sendo a prova do ENEM o meio de seleção, e a plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada), o meio de inscrição, respeitados os critérios de cotas em vigor. A UFAL poderá adotar outros processos de seleção, simplificados ou não, para o preenchimento de vagas ociosas ou em casos de convênios firmados no interesse público. Dentre outros, aqueles que dizem respeito à formação de professores que atuam na rede pública de ensino e à formação de gestores públicos. Em todos os casos, a igualdade de oportunidade de acesso é garantida por meio de editais.

A UFAL adota uma perspectiva de não produzir nenhuma vaga ociosa, utilizando, periodicamente, conforme o seu calendário acadêmico, editais de reopção, de transferência e de reingresso (nesse caso só para os cursos que possuem as duas modalidades: licenciatura e bacharelado).

TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO: duração mínima: nove períodos; duração máxima: treze períodos.

1. APRESENTAÇÃO

A primeira versão do Projeto Pedagógico do Curso de História (PPC) data do ano 2009 e foi elaborado pelos professores Alberto Vivar Flores e José Roberto Santos Lima. Posteriormente, por volta do ano 2013, foi revisado pelo colegiado do curso já em pleno funcionamento. Na época da expansão para o interior da Universidade Federal de Alagoas foi adotado o modelo de troncos do conhecimento, a saber Tronco Inicial – com conteúdo geral comum a todos os cursos; Tronco Intermediário – com conteúdo comum aos cursos de cada Eixo Temático; e, Tronco Profissionalizante – com conteúdo específico da formação graduada final, isto é, História.

Os eixos temáticos definidos pela UFAL foram: Agrárias, Educação, Gestão, Humanidades, Saúde e Tecnologia. Com as modificações sofridas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), desde o ano de 2015 o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de História passou a discutir a reforma do seu PPC. As principais mudanças concebidas, além do fim dos troncos de conhecimento, foram a ampliação da carga horária para 3.412 horas, a destinação de 400 horas para a prática como componente curricular, a inserção da extensão como componente curricular obrigatório, a mudança da base do curso de base 20 para base 18, além de outros itens exigidos pela atualização da legislação.

Este documento, finalizado no ano de 2018, apresenta a nova versão do PPC do curso de História, fruto dos debates ocorridos no Núcleo Docente Estruturante, das sugestões dos estudantes, das correções dos técnicos da PROGRAD e da discussão e aprovação final pelo colegiado do curso e pelo CONSUNI da UFAL.

1.1. Contextualização

Fundada em 1961, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), é pessoa jurídica de direito público federal, CNPJ 24.464.109/0001-48, localizada na avenida Lourival de Melo Mota, s/n, Campus A. C. Simões, no município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57.072-270. Possui mais dois campi no interior do Estado: Campus Arapiraca e suas unidades em Viçosa, Penedo e Palmeira dos Índios e Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia e uma unidade em Santana do Ipanema.

Sua criação se deu em 25 de janeiro de 1961, através da Lei Federal nº 3.867, assinada pelo presidente Juscelino Kubitschek, quando foram reunidas as Faculdades de Direito

(1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957). A UFAL é uma instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela constituição brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e por seus Estatuto e Regimento Geral.

No ano de 1996 a UFAL começou sua expansão para o interior. Inicialmente para o agreste, com a criação do Campus de Arapiraca e das unidades em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa, nos quais oferece vinte e três cursos de graduação. Depois, em 2010, em continuidade a expansão foi inaugurado o Campus do Sertão, sediado em Delmiro Gouveia (cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Geografia, História, Letras e Pedagogia), com uma unidade em Santana do Ipanema (cursos Ciências Contábeis e Ciências Econômicas). Somando oito cursos de graduação no total.

O quadro de pessoal atual da universidade é composto por 1.394 docentes, dos quais 690 são doutores, além de 1.698 servidores técnico-administrativos, parte dos quais estão lotados no Hospital Universitário professor Alberto Antunes. No tocante a quantidade de estudantes, existem por volta de 26 mil alunos matriculados nos oitenta e quatro cursos de graduação das unidades acadêmicas e nos campi da capital, Arapiraca e Sertão.

Na pós-graduação existem trinta e nove programas *strictu sensu* oferecidos, sendo trinta mestrados e nove doutorados, os quais reúnem 2.312 alunos. Além destes, existem treze cursos de especialização e, na Educação à Distância, há quatro mil alunos matriculados.

No campo da extensão, a UFAL promove cursos e eventos, além de oferecer diversos programas e equipamentos culturais que proporcionam a interação de manifestações culturais e o público. Dentre eles, são destaques: ABÍ AXÉ EGBÉ, Espaço Cultural Salomão de Barros Lima, Museus, Usina Ciência e outros.

Quanto à pesquisa, a universidade possui diversos grupos de pesquisa registrados no CNPq, programas como Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), Bolsa de Iniciação Acadêmica (BIA), Apoio a Pesquisa, à Inovação e a Pós-graduação (BAPIPG), além do Programa Ciências sem Fronteiras.

A forma de ingresso na universidade se dá por meio de processo seletivo através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da plataforma Sisu/MEC (Sistema de Seleção Unificada).

1.2. Realidade regional

Segundo dados do IBGE para o ano de 2017, a população do Estado de Alagoas alcançou a cifra de 3.375.823 pessoas, distribuídas no seu território calculado em 27.848.140 Km². Os dados educacionais do Estado no ano corrente são: o Ensino Fundamental possui 2.577 escolas, nas quais estão matriculados 523.339 alunos; o Ensino Médio conta com 370 escolas, registrando 123.281 estudantes. As escolas do sertão, onde se localiza o Campus do Sertão, são geridas pela 11^a Gerência Regional de educação, composta pelos municípios de Delmiro Gouveia, Piranhas, Olho d'Água do Casado, Água Branca, Inhapi, Mata Grande, Canapi e Pariconha.¹

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicou dados referentes ao período de implantação da UFAL no sertão de Alagoas. De acordo com as informações, no Estado, a média de escolaridade da população de quinze anos de idade ou mais era menor que as taxas para o Nordeste e restante do país. Nos anos de 2001 a 2009, as médias locais foram de 4,2 e 5,7 anos de estudo, enquanto o Nordeste possuía média de 4,7 e 6,3 anos, e no país a média foi de 6,4 e 7,5 anos de estudo. No ano de 2009 a população rural ainda se encontrava com a escolaridade muito baixa: 3,8 anos de estudo. A taxa de analfabetismo na zona rural era grande com a cifra de 37,9%. Pelo exposto, a implantação de cursos de formação de professores e outros no Alto Sertão, pela lógica, auxiliará na melhora desses números.¹

O curso de História do Campus do Sertão e os outros cursos, além de contribuir para a qualificação profissional dos estudantes da região, especialmente a formação de professor, proporciona outras transformações na realidade econômica e social da região. Prova disso são as dezenas de bolsas de estudo (Bolsa Permanência) distribuídas para indígenas e quilombolas da região, e outras bolsas dos Programas Residência Pedagógica (iniciado em 2018) e Programa Institucional de Iniciação à Docência. De acordo com informações institucionais, em 2018, o pagamento total do Campus do Sertão com bolsas e auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio emergencial e a bolsa do Centro de Inclusão Digital “foi de R\$ 2.575.300,00, beneficiando diretamente o quantitativo dos alunos nos 05 programas da PROEST” oferecidos no sertão. No ano anterior, dois estudantes do sertão foram contemplados com bolsas dos “programas de mobilidade internacional”. Esses números parciais são indicativos da importância da instituição para melhorar a realidade econômica e social da região.²

¹ Dado disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/panorama>.

1.3. Justificativa

Os avanços tecnológicos marcam a contemporaneidade, mas com abismos crescentes e nunca transpostos de desigualdades entre homens e mulheres, povos, culturas e raças. As modernas tecnologias da comunicação, por meio da internet, são capazes de transpor milhões de blocos de informação de um extremo a outro do planeta, quem não for capaz de acompanhar estas mudanças ficará cada vez mais para trás.

A Região Nordeste do Brasil, em especial o semiárido alagoano, apresenta as piores estatísticas de qualidade da Educação Básica, de exclusão digital da população, de analfabetismo e de insuficiente formação e qualificação docente da rede pública municipal e estadual. Por conseguinte, também são péssimos, para não dizer nulos, os dados acerca da produção de conhecimento na região.

Entretanto, Alagoas é um dos menores estados da federação, o que, a princípio, poderia beneficiá-lo, uma vez que possui grandes potencialidades naturais (patrimônio ambiental), sociais (diversidade, patrimônio cultural, histórico e arqueológico) e econômicas. São potencialidades pouco ou inadequadamente exploradas, revelando um quadro persistente de exclusão social, econômica e política, marcado, especialmente pelo baixo grau de escolaridade e baixa qualificação profissional de seus habitantes, impactando na evasão de jovens para os grandes centros, em busca de oportunidades de continuarem seus estudos, o que reforça e ressalta o papel da educação como estratégia de mudança.

A interiorização da UFAL para as diversas sub-regiões do Estado proporcionará mais oportunidades para a qualificação dos seus habitantes para o trabalho, por isso, oportunizará a fixação de muitos deles em seu lugar, além de alavancar o desenvolvimento dos diferentes segmentos da sociedade. No Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia, e sua unidade em Santana do Ipanema, a UFAL enfatizará a formação de professores com a oferta de quatro licenciaturas entre elas o Curso de História.

A oferta deste Curso vai ao encontro de uma demanda imediata de formação universitária aos docentes da rede pública, assumindo papel de grande relevância na formação inicial dos educadores na valorização das potencialidades locais, resgate da história e cultura local/regional, palco de fatos da maior relevância da história regional e nacional, como o cangaço, a construção da primeira estrada de ferro ligando o litoral e o sertão (com o restante do trajeto feito por via fluvial), o pioneirismo da industrialização no interior, com a Fábrica da Pedra, da construção de grandes complexos hidroelétricos e seus impactos sociais, culturais e econômicos. É um cenário marcado pelas populações tradicionais indígenas,

quilombolas, ribeirinhos e assentados da reforma agrária. Desta forma, com os eventos acima descritos, a universidade tem papel fundamental não apenas na formação dos profissionais de educação, mas desempenha também importante atuação no que se refere à produção de conhecimento acerca da história da região.

1.4. Histórico do curso

O curso de História do Campus do Sertão começou a funcionar no ano de 2009, quando a UFAL deu seguimento a sua interiorização, iniciada três anos antes. Para o curso de História e os demais foram adotados Projetos Políticos Pedagógicos que, nas palavras dos seus autores, estavam “inseridos nas novas necessidades e contextos da educação contemporânea e das contingências locais”, ou seja, projetos diferenciados daqueles adotados na sede de Maceió, porém, estava garantido o padrão de qualidade, porque os projetos “não abdicarão de uma ampla formação humanística, que preencha tanto as prerrogativas dos profissionais dos tempos atuais como das tradições acadêmicas da universidade” (PPCH, 2009, p.6).

Obedecendo a legislação vigente, as disciplinas do PPC citado foram reunidas em núcleos denominados: conhecimento geral, comum a todos os cursos do campus; conhecimento compartilhado, intermediário (isto é, as disciplinas pedagógicas), comum aos vários cursos de cada eixo de formação; e conhecimento específico de cada profissão (neste caso, história).

Os eixos temáticos citados e definidos pela UFAL para os cursos de graduação oferecidos por meio do programa de expansão foram: 1. Eixo das Agrárias; 2. Eixo de Gestão; 3. Eixo das Humanidades; 4. Eixo da Saúde; 5. Eixo da Tecnologia; 6. Eixo da Educação, constituído pelas licenciaturas, dentre elas, o curso de História.

Quanto ao perfil do egresso definido na época, “profissional crítico e competente na ciência da história, no desenvolvimento da pesquisa científica e da extensão universitária, aproximando e promovendo a integração entre a universidade e a sociedade” (p. 7), continuam atuais e embasam também esta nova versão do PPC. Versão cuja mudança está sendo concretizada no ano de 2018, tendo em vista o surgimento de novas legislações e necessidades percebidas pela Universidade Federal de Alagoas.

2. CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1. Objetivos

O curso tem como finalidade formar licenciados em História em condições de atuarem nas escolas da rede pública e privada da Educação Básica, de acordo com as atuais exigências pedagógicas.

Objetivo Geral:

- Formar professores nos conhecimentos da História para atuar, principalmente, nas disciplinas de História no Ensino Fundamental e Médio com habilidades desenvolvidas na perspectiva dos fundamentos didático pedagógicos, capazes de contribuir, efetivamente, para a formação e exercício da cidadania, a partir da incorporação da transversalidade temática e da preocupação com a acessibilidade na educação.

Objetivos Específico:

- Propiciar ao alunado condições de atualização constante em relação ao conhecimento produzido pela História e à dinâmica do processo ensino-aprendizagem, particularmente, na perspectiva voltada ao entendimento da História, propiciando a sua positiva intervenção na perspectiva interdisciplinar;
- Possibilitar aos/as alunos/as, a partir da incorporação de metodologias e ações que envolvem o planejamento e organização de recurso e serviços para a promoção da acessibilidade, o desenvolvimento pleno de suas competências acadêmicas;
- Fomentar, no processo contínuo e interdisciplinar da aprendizagem para nossos discentes, a transversalidade, incluindo - a partir da incorporação nas ementas das disciplinas, na pesquisa, e na extensão - temáticas relacionadas às questões étnico-raciais, a educação em direitos humanos, e a educação ambiental;
- Desenvolver práticas de inclusão e acessibilidade, fomentando a construção de estratégias metodológicas e avaliativas que favoreçam a participação de estudantes com diferentes condições e funcionalidades;
- Fornecer os elementos que possibilitem aos/as alunos/as egressos/as do curso, atuar nos diferentes contextos que envolvem a gestão pedagógica, a partir do comprometimento com a ética profissional.

Como se pode verificar, a concepção do curso de História - Licenciatura está intimamente vinculada às orientações da Lei de Diretrizes e Base (Lei 9.394, de 20.12.1996) e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais de História – Licenciatura (PARECER CNS/CES N° 492/2001), que enfocam o compromisso da instituição formadora em preparar profissionais para atuarem nas redes públicas e privadas do sistema educacional.

Neste sentido, o curso de História prioriza uma concepção problematizadora e, portanto, não dogmática, das teorias e métodos enfocados em seu ordenamento curricular, possibilitando aos alunos um confronto crítico e contextualizado com as origens, continuidades e rupturas dessas. Tal concepção dá concretude a dois importantes princípios constantes do título II, artigo 3 III e VII, da LDB, que trata dos princípios e fins da educação nacional e enfatiza que o ensino deve ser ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e também na valorização do profissional da educação escolar.

2.2. Perfil e competência profissional do egresso

De acordo com as PCN's do curso de História, as competências e habilidades específicas para a licenciatura são:

- Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

Ao se formar no curso de História, o egresso deve ser um profissional capaz de orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos. Para tanto, deverá ter pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Além disso, comprometer-se-á com o bom desempenho da aprendizagem dos alunos, assumirá e lidará com a diversidade existente entre os alunos, incentivará atividades de enriquecimento cultural, desenvolverá práticas investigativas, elaborará e executará projetos para desenvolver conteúdos curriculares, utilizará novas metodologias, estratégias e materiais de apoio, e desenvolverá hábitos de colaboração e trabalho em equipe.

Ao reconhecer que a formação nos cursos de licenciatura, em seus moldes tradicionais, deixa à mostra questões históricas a serem enfrentadas, a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação (LDB), Título V, Capítulo IV, Art. 43, ao definir a finalidade da educação superior que poderão nortear o perfil do aluno egresso na sua atividade profissional demanda algumas ações:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Espera-se que o egresso do Curso de História, constituído com esse perfil, faça *jus* ao espírito da Constituição Federativa do Brasil, Título VIII, Capítulo III, Seção I, Art. 205 onde se lê: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Campo de atuação

O campo de atuação principal do egresso do curso de História são as Instituições Educacionais públicas e privadas, de ensino fundamental, médio, técnico e superior. Mas,

existem outros campos como museus, arquivos, galerias de arte, técnicos em órgãos de preservação do patrimônio arquitetônico ou museológico, editoras de publicações institucionais, emissoras de TV, centros de memória e documentação de grandes companhias (exemplo da Companhia Hidrelétrica do São Francisco) e multinacionais.

3. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Suporte Administrativo do Campus do Sertão

DIREÇÃO GERAL

Prof. Dr. Agnaldo José dos Santos

DIREÇÃO ACADÊMICA

Prof. Dr. Thiago Trindade Matias

SETORES DE APOIO ADMINISTRATIVO E ACADÊMICO

- COORDENAÇÃO DE GESTÃO INSTITUCIONAL (COGINST)
- COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS (COGEP)
- COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA (COINFRA)
- COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO (COGRAD) e SECRETARIA DE CURSOS
- COORDENAÇÃO DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO (CRCA)
- COORDENAÇÃO ESTUDANTIL (COEST)
- COORDENAÇÃO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO (CORU)
- SECRETARIA EXECUTIVA
- ADMINISTRAÇÃO
- BIBLIOTECA
- LABORATÓRIOS
- ARQUIVO INSTITUCIONAL
- NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (NAE)
- NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (NTI)

Colegiado do curso

De acordo com o Regimento Geral da UFAL, artigos 25 e 26, o Colegiado do curso de História Licenciatura é formado por cinco professores efetivos vinculados ao curso, um representante do corpo docente e um representante do corpo técnico-administrativo, possuindo, assim, representatividade dos segmentos da universidade. A atual gestão, com duração entre março de 2019 até março de 2021, foi institucionalizada por meio de Portaria Nº 113, de 23 de maio de 2019, expedida pela Reitoria. As suas reuniões são mensais, podendo

haver reunião extraordinária a qualquer momento. Todas as reuniões geram uma ata que é conservada na Coordenação do curso, ficando disponível para consulta a qualquer momento. O acompanhamento dos prazos para encaminhamento, acompanhamento e execução dos seus processos e decisões ocorre sempre nas reuniões subsequentes, ou diariamente na Coordenação do curso que preside o colegiado.

Composição do Colegiado do curso de História

Membro titular	Membro suplente
Docentes	
Eltern Campina Vale (Coordenador)	José Roberto da Silva
Flávio Augusto de Aguiar Moraes (Vice coordenador)	Vagner Gomes Bijagó
Marcos Ricardo de Lima	Suzana Santos Libardi
Pedro Abelardo de Santana	Victor de Almeida Pires
Sheyla Farias Silva	Suana Medeiros Silva
Técnicos administrativos	
José Benício Alves dos Santos	Lidiane da Silva
Representante dos estudantes	
Ester Joanny Soares de Oliveira	Filipe Araújo Lisboa

O Colegiado do Curso de História do Campus do Sertão é presidido pelo professor Eltern Campina Vale, doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O professor possui graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Mestrado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Está vinculado a UFAL desde 2011, sendo professor efetivo com dedicação exclusiva. Além das atribuições de Coordenador, é membro do Conselho Provisório do Campus, leciona disciplinas e é associado a Projetos de Extensão e Grupos de Pesquisas do Curso de História no Campus do Sertão e no Campus A.C. Simões, em Maceió.

A renovação do colegiado se dá a cada dois anos por meio de eleição direta. Participam do pleito como candidato ou votantes, os professores, técnicos-administrativos e estudantes do curso de História. Na primeira reunião a chapa eleita escolhe um dos professores para presidir o colegiado. As reuniões do colegiado acontecem mensalmente, ou de forma extraordinária, caso haja assunto a ser deliberado com urgência.

Estágio supervisionado

Atualmente a coordenação de estágio do curso de História está sob a responsabilidade do professor efetivo Rodrigo José da Costa, graduado, mestre e doutor em História. Atualmente realiza Estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas como Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado PNPd/CAPES. Tem experiência na área de História e Educação, com ênfase em História do Brasil Republicano.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão do Curso de História, TCC, possui duas modalidades a serem escolhidas pelo discente: um artigo científico ou monografia individual, ambos orientados por um professor do curso. Atualmente o coordenador de TCC é o professor Marcos Ricardo de Lima, que possui Licenciatura em História pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL (1999), Mestrado em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL (2008) e Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ (2017). Atualmente é Professor na área de Fundamentos Histórico Filológicos da Educação e da Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - Campus do Sertão. Tem experiência na área de Formação de Professores para a Educação Básica, Gestão Educacional e Fundamentos da Educação graduado em História. A norma que rege esse componente curricular está anexa a este PPC.

Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE), ato de criação e seus integrantes

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi instituído pela Resolução nº 52/2012 – CONSUNI/UFAL, de 5 de novembro de 2012. Suas atribuições são estabelecidas no Artigo 3º, ou seja, I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e consoantes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; por

fim, IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

A composição do NDE para o período 2019-2021 é a seguinte: Professor doutor Eltern Campina Vale (presidente) e do Prof. Masc. Flávio Aguiar Moraes (vice-presidente).

Atuação do Núcleo Docente Estruturante

Instituído pela Resolução nº 52/2012-CONSUNI/UFAL, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, tem a atribuição de ser um órgão consultivo e propositivo em matéria acadêmica, de apoio e assessoramento ao Colegiado, sendo formado por docentes da respectiva Unidade Acadêmica para acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do Projeto Político Pedagógico do curso.

As reuniões do NDE devem ser bimestrais ou extraordinárias. Desde 2017, a atuação do NDE do curso de História priorizou as reformulações do PPC do curso com reuniões para escolher as disciplinas e suas cargas horárias, as ementas bibliografias básicas e complementares das novas disciplinas que constam no atual PPC. As suas decisões estão registradas em atas e conservadas na coordenação do curso para consulta pública.

Docentes e técnicos do curso

O curso de Graduação em História - Licenciatura da UFAL, Campus do Sertão, apresenta um corpo docente composto de quinze professores, sendo dez doutores e três mestres. Há dois docentes que encontram-se cursando o doutorado. Todos os docentes possuem carga-horária de 40 h e regime de Dedicção Exclusiva, conforme exposto no quadro a seguir.

Tabela nominal de docentes

Docente	Titulação	Situação funcional	Carga horária	e-mail institucional
Carla Taciane Figueiredo	Doutora	Dedicação exclusiva	40	carlatacyane@hotmail.com
Eltern Campina Vale	Doutor	Dedicação exclusiva	40	eltern.vale@delmiro.ufal.br
Flávio Augusto de Aguiar Moraes	Mestre	Dedicação exclusiva	40	flavioaguiarac@gmail.com
Gustavo Manoel da Silva Gomes	Doutor	Dedicação exclusiva	40	gustavo.gomes@delmiro.ufal.br
Marcos Ricardo de Lima	Doutor	Dedicação exclusiva	40	marcoric@uol.com.br
Pedro Abelardo de Santana	Doutor	Dedicação exclusiva	40	pedro.santana@delmiro.ufal.br
Rodrigo Pereira	Doutor	Dedicação exclusiva	40	ropereira@gmail.com
Rodrigo José da Costa	Doutor		40	rodrigojosedacosta@gmail.com
Sheyla Farias Silva	Mestre	Dedicação exclusiva	40	sheylafarias@yahoo.com.br
Suana Medeiros Silva	Doutora	Dedicação exclusiva	40	suanamedeiros@gmail.com
Vagner Gomes Bijagó	Mestre	Dedicação exclusiva	40	vbijago@bol.com.br
José Roberto da Silva	Doutor	Dedicação exclusiva	40	jose.roberto@delmiro.ufal.br
Vitor de Almeida Nobre Pires	Doutor	Dedicação exclusiva	40	victoranpires@gmail.com
Suzana Santos Libardi	Doutora	Dedicação exclusiva	40	Suzana.libardi@gmail.com

O curso de Graduação em História Licenciatura do Campus do Sertão, conta atualmente com a disponibilidade de três técnicos, duas com formação superior e uma de nível médio e regime de trabalho com dedicação exclusiva.

Tabela nominal dos técnicos que atendem ao curso

Nome	Cargo
Lidiane da Silva	Técnica em assuntos educacionais – TAE
Sâmela Rouse de Brito Silva	Bibliotecária
Geizyelle Magna Alves dos Santos Vieira	Assistente Social

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.1. Matriz e proposta curricular

A organização curricular, embasada no PARECER N° CNE/CES 492/2001, estabelece que os cursos de História devem se estruturar em torno de dois eixos, no que tange aos conteúdos curriculares: conteúdos básicos e complementares da área de História, organizando-se estes da seguinte forma: “1. Conteúdos histórico/historiográficos e práticas de pesquisa que, sob diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas, definem e problematizam os grandes recortes espaço temporais. 2. Conteúdos que permitam tratamento especializado e maior verticalidade na abordagem dos temas, resguardadas as especificidades de cada instituição e dos profissionais que nelas atuam. 3. Conteúdos complementares que forneçam instrumentação mínima, permitindo a diferenciação de profissionais da área, tais como: atividades pedagógicas, fundamentos de arquivologia, de museologia, gerenciamento de patrimônio histórico, necessariamente acompanhadas de estágio. No caso da licenciatura deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam”.

Entretanto, para efeito de adequação às orientações presentes na Resolução N° 02 CNE/CES, de 1° de julho de 2015 os mencionados eixos foram ressignificados e passam a configurar como parte constitutiva do que se denominou de *Núcleo de Formação Geral*, *Núcleo de aprofundamento e Diversificação* e *Núcleo de Estudos integradores*.

Dessa forma, tendo o curso de História Licenciatura a carga horária total de 3.412 horas, e considerando-se o tempo mínimo e máximo para integralização em nove e treze períodos, está compreendido, no que se refere o *Núcleo de Formação Geral*, um conjunto de disciplinas obrigatórias ofertadas por (curso de História, de Geografia e do Núcleo de Humanidades), sendo o referido núcleo composto pelas seguintes disciplinas: Introdução ao Estudo da História, Fundamentos de Arqueologia e Pré-história Brasileira, História de Alagoas, História Antiga, História Indígena, História Medieval, História da África, História Moderna, História do Brasil 1, História do Brasil 2, Teoria da História, História do Brasil 3, História da América, História Contemporânea, Metodologia da Pesquisa Histórica, Historiografia Brasileira, Antropologia Cultural, História e Cultura Afro-brasileira, ofertadas pelo curso de História; Geo-história, ofertada pelo curso de Geografia; Metodologia

Científica, Fundamentos Sócio-filosóficos do Conhecimento, Fundamentos das Ciências Sociais, Introdução as Tecnologias de Informação e Comunicação, Sociologia Contemporânea, ofertadas pelo Núcleo de Humanidades;. Dessa forma, o referido Núcleo corresponde a um total de vinte e quatro disciplinas, com um total de 1.386 horas.

No que concerne ao *Núcleo de Aprofundamento e Diversificação*, este é formado pelas seguintes disciplinas: Profissão Docente, Política e Organização da Educação Básica no Brasil, Didática, Didática do Ensino de História, Desenvolvimento e Aprendizagem, Pesquisa Educacional, Gestão da Educação e do Trabalho Escolar; disciplina de Libras, ofertada também pelo curso de Pedagogia da UFAL, que de acordo com o Decreto N° 5.626/2005, é obrigatória nos cursos de licenciatura e em Pedagogia; disciplinas eletivas, Trabalho de Conclusão de Curso, (conforme Resolução nº 02/2015). Este núcleo oportunizará aos alunos: a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional; b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira; c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo. d) Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. O núcleo é composto por onze disciplinas, perfazendo uma carga horária de 684 horas.

O *Núcleo de Estudos integradores* propõe uma interlocução entre a formação teórica e a formação prática dos estudantes, correspondendo aos componentes curriculares do Estágio Supervisionado Obrigatório, a Prática Como Componente Curricular (disciplinas Prática de Ensino 1 a 4), a Extensão (Atividades Curriculares de Extensão), às Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais – AACC. Dessa forma, os componentes citados são estipulados conforme a seguinte configuração: 4 (quatro) Estágios Supervisionados – 400 horas; Práticas Pedagógicas Como Componentes Curriculares (Prática de Ensino) – 400 horas; Atividades Curriculares de Extensão 342 horas; Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais – 200 horas, totalizando um total geral de 1.342 horas para o referido núcleo.

4.1.1. Transversalidade

Essa matriz curricular busca associar uma formação geral de base teórica e metodológica, humanista e prática, associada as necessidades e especializações necessárias ao

exercício de atividades no mercado de trabalho. Os Núcleos de Formação pretendem conjugar os conhecimentos teóricos e práticos que permitam a construção de trajetórias profissionais voltadas para as demandas e interesses da sociedade brasileira e alagoana, em particular. A transversalidade é entendida como:

Um modo de levar ao conhecimento do aluno, numa dimensão didática, a possibilidade de aprendizado através de uma prática educativa que proporcione conhecimentos sobre a realidade e as questões da vida em suas constantes transformações (TREVISAM, 2016, p. 5).

4.1.2. Educação das Relações Étnico-raciais

Estudos referentes à temática das relações etnorraciais e ao tratamento dessas questões devem estar inclusos nos componentes e atividades curriculares dos cursos nos termos explicitados na Lei nº 9.394/96, Lei nº 10.639/2003 e nº 11,645/2008, além do Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004, e da Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. É requisito legal e normativo a ser cumprido, conforme Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia.

No curso de História a temática etnorracial será abordada em disciplinas específicas como História da África, História e Cultura Afro-brasileira, História Indígena, Antropologia Cultural, Fundamentos das Ciências Sociais, além de estar presente de forma transversal em outras disciplinas como História do Brasil 1, 2 e 3, História da América, entre outras que discutem as sociedades contemporâneas. O tema, essencial na formação do professor do ensino básico, também poderá ser abordado nos eventos semestrais como palestras, semanas e encontros que o curso realizar, especialmente na Semana dos povos originários e Semana da Consciência Negra.

A temática das relações étnico-raciais também é abordada em projetos de extensão acadêmica de caráter contínuo e que realizam uma abordagem interdisciplinar como aqueles promovidos pelo Equipamento Cultural Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Educação e Diversidade do Sertão (NUDES) que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão centradas na História da África e da cultura afro-brasileira por meio de pesquisas, publicações, palestras, oficinas e apresentações artísticas, em coparticipação com a sociedade civil.

4.1.3. Política de educação ambiental

O curso de História do Campus do Sertão da UFAL, no quesito educação ambiental, seguirá a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 e a Resolução CNE/CP nº 2/2012. No curso de História a temática ambiental é discutida de forma transversal em quase todas as disciplinas específicas.

Dessa forma, serão temas transversais das disciplinas sobre História Contemporânea, História da América e História do Brasil 1, 2 e 3. Especificamente, esses assuntos são abordados nas ementas das disciplinas Geo-História, Fundamentos das Ciências Sociais, Fundamentos Sócio-filosóficos do Conhecimento, Sociologia Contemporânea. E mais, são temáticas que poderão ser contempladas nos eventos semestrais do curso. Além disso, o Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão do São Francisco - NUPEDS, promoverá ações relacionadas à questão ambiental.

4.1.4. Educação em direitos humanos

Os temas relativos a educação e direitos humanos, atendendo o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012 e a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, acontecerá: pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos direitos humanos e tratados interdisciplinarmente; como conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

No curso de História as disciplinas que abordam o tema de forma transversal são: Sociologia Contemporânea, Fundamentos das Ciências Sociais, Fundamentos Sócio-filosóficos do Conhecimento, História Indígena, História e Cultura Afro-brasileira, História Contemporânea. Além disso, nos eventos semestrais do curso, a temática poderá ser abordada assim como nas ações do NUPEDS.

4.1.5. Matriz curricular

Quadro 1 – Componentes Curriculares (disciplinas)

UDOS BÁSICO O DE FORMA CÃO	DISCIPLINA	Carga horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Total
	Introdução ao Estudo Histórico	3	44	10	54
	Fundamentos de Arqueologia e Pré-história Brasileira	3	44	10	54

		História de Alagoas	3	44	10	54
		História Antiga	3	44	10	54
		História Indígena	3	44	10	54
		Geo-História	3	44	10	54
		História Medieval	3	44	10	54
		História da África	3	44	10	54
		História Moderna	3	44	10	54
		História do Brasil 1	3	44	10	54
		História do Brasil 2	3	44	10	54
		História do Brasil 3	3	44	10	54
		História da América	3	44	10	54
		Teoria da História	3	44	10	54
		História Contemporânea	3	44	10	54
		Metodologia da Pesquisa Histórica	3	30	24	54
		Historiografia Brasileira	3	44	10	54
		Antropologia Cultural	3	44	10	54
		História e Cultura Afro-brasileira	3	44	10	54
		Metodologia Científica	4	72	-	72
		Fundamentos Sócio-filosóficos do Conhecimento	4	72	-	72
		Fundamentos das Ciências Sociais	4	72	-	72
		Introdução as Tecnologias de Informação e Comunicação	4	72	-	72
		Sociologia Contemporânea	4	72	-	72
		TEÓRICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	Profissão Docente	3	54
Política e Organização da Educação Básica no Brasil	4			72	-	72
Libras	3			54	-	72
Didática	4			72	-	72
Didática do Ensino de História	4			72	-	72
Desenvolvimento e Aprendizagem	4			72	-	72
Pesquisa Educacional	3			54	-	54
Gestão da Educação e do Trabalho Escolar	3			54	-	54
Eletiva	3			44	10	54
Eletiva	3			44	10	54
Trabalho de Conclusão de Curso	-			-	54	54
TEÓRICOS	DE ESTUDOS INTEGRAL			Estágio Supervisionado 1	5	-
		Estágio Supervisionado 2	5	-	100	100
		Estágio Supervisionado 3	5	-	100	100

	Estágio Supervisionado 4	5	-	100	100
	Prática de Ensino 1 (Prática Como Componente Curricular)	5	-	100	100
	Prática de Ensino 2	5	-	100	100
	Prática de Ensino 3	5	-	100	100
	Prática de Ensino 4	5	-	100	100
	Atividades Curriculares de Extensão – ACE 1 (CEXC) ²	3	30	30	60
	Atividades Curriculares de Extensão – ACE 2 (PROJEXC) ³	5	30	60	90
	Atividades Curriculares de Extensão – ACE 3 (PROJEXC)	5	30	90	90
	Atividades Curriculares de Extensão – ACE 4 (EVEXC) ⁴	6	40	62	102
	Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais		-	200	200

Quadro 2 – Organização curricular por períodos

1º PERÍODO					
Código	Disciplina	Carga Horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Total
	Introdução ao Estudo da História	3	44	10	54
	Fundamentos de Arqueologia e Pré-História Brasileira	3	44	10	54
	História de Alagoas	3	44	10	54
	Profissão Docente	3	54	-	54
	Metodologia Científica	4	72	-	72
Carga horária total do período		16	258	30	288
2º PERÍODO					
Código	Disciplina	Carga Horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Total
	História Antiga	3	44	10	54
	História Indígena	3	44	10	54
	Geo-História	3	44	10	54
	Política e Organização da Educação Básica no Brasil	4	72	-	72
	Fundamentos Sócio-filosóficos do Conhecimento	4	72	-	72

² CEXC - Curso de Extensão Curricularizada.

³ PROJEXC – Projeto de Extensão Curricularizada.

⁴ EVEXC – Evento de Extensão Curricularizada.

Carga horária total do período		17	276	30	306
3º PERÍODO					
Código	Disciplina	Carga Horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Total
	História Medieval	3	44	10	54
	Libras	3	44	10	54
	Didática	4	72	-	72
	Desenvolvimento e Aprendizagem	4	72	-	72
	Fundamentos das Ciências Sociais	4	72	-	72
Carga horária total do período		18	304	20	324
4º PERÍODO					
Código	Disciplina	Carga horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Total
	História da África	3	44	10	54
	História Moderna	3	44	10	54
	Gestão da Educação e do Trabalho Escolar	4	72	-	72
	Introdução as Tecnologias de Informação e Comunicação	4	72	-	72
	Prática de Ensino 1	5	-	100	100
Carga horária total do período		19	232	120	352
5º PERÍODO					
Código	Disciplina	Carga horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Total
	História do Brasil 1	3	44	10	54
	História da América	3	44	10	54
	Didática do Ensino de História	4	72	-	72
	Estágio Supervisionado 1	5	-	100	100
	Sociologia Contemporânea	4	72	-	72
	Prática de Ensino 2	5	-	100	100
Carga horária total do período		24	232	220	452
6º PERÍODO					
Código	Disciplina	Carga horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Total
	História do Brasil 2	3	44	10	54
	Teoria da História	3	44	10	54
	Pesquisa Educacional	3	54	-	54
	Estágio Supervisionado 2	5	-	100	100
	Eletiva	3	44	10	54
	Atividade Curricular de Extensão – ACE 1 (Projeto de Extensão Curricularizada)	3	30	30	60
Carga horária total do período		21	186	202	376
7º PERÍODO					
Código	Disciplina	Carga horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Total

	História do Brasil 3	3	44	10	54
	História Contemporânea	3	44	10	54
	Metodologia da Pesquisa Histórica	3	30	24	54
	Estágio Supervisionado 3	5	-	100	100
	Atividade Curricular de Extensão – ACE 2 (Projeto de Extensão Curricularizada)	5	30	60	90
Carga horária total do período		18	118	216	352
8ª PERÍODO					
Código	Disciplina	Carga horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Total
	Historiografia Brasileira	3	44	10	54
	Antropologia Cultural	3	44	10	54
	Atividade Curricular de Extensão – ACE 3 (Projeto de Extensão Curricularizada)	5	30	60	90
	Estágio Supervisionado 4	5	-	100	100
	Prática de Ensino 3	5	-	100	100
Carga horária total do período		21	88	310	398
9º PERÍODO					
Código	Disciplina	Carga horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Total
	Eletiva	3	44	10	54
	História e Cultura Afro-brasileira	3	44	10	54
	Atividade Curricular de Extensão – ACE 4 (Projeto de Extensão Curricularizada)	3	20	31	51
	Atividade Curricular de Extensão – ACE5 (Evento de Extensão Curricularizada)	3	20	31	51
	Prática de Ensino 4	5	-	100	100
Carga horária total do período		18	88	228	310
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC		54			
Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais – AACC		200			
Atividades Curriculares de Extensão - ACE		342			
Total Geral de horas		3.412			

A totalização da carga horária do curso se dá da seguinte forma:

- Disciplinas obrigatórias – 1.908 horas
- Disciplinas eletivas – 108 horas
- Estágio Supervisionado – 400 horas
- Prática Como Componente Curricular – 400 horas
- Trabalho de Conclusão de Curso – 54 horas
- Atividades Complementares – 200 horas
- Atividade Curricular de Extensão – 342 horas

- Carga horária total – 3.412 horas

Disciplina eletivas

As disciplinas eletivas obrigatórias são duas e compreenderão 54 horas cada, podendo o aluno escolher qualquer uma que for ofertada no sexto e nono períodos. Novas disciplinas eletivas poderão ser propostas e discutidas pelo Núcleo Docente Estruturante, aprovadas pelo Colegiado e Conselho do Campus, em seguida, encaminhadas para a PROGRAD fazer o cadastramento. As disciplinas do quadro abaixo serão ofertadas pelo curso de História, exceto Tópicos de Filosofia Contemporânea, ofertada pelo Núcleo de Humanidades.

As disciplinas eletivas foram propostas para propiciar a ação educação em arquivos, museus, sítios arqueológicos, históricos ou em outros espaços.

Quadro 3 - Disciplinas Eletivas - (144 h)

Nº de Ordem	Disciplina	Carga Horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Semestre
1	Arquivologia	3	44	10	54
2	Cultura Popular	3	44	10	54
3	Escravidismo no Brasil	3	44	10	54
4	História de Alagoas 2	3	44	10	54
5	História da América 2	3	44	10	54
6	História da Cultura Alagoana	3	44	10	54
7	História Econômica Geral	3	44	10	54
8	História do Nordeste	3	44	10	54
9	História Oral	3	44	10	54
10	Museologia	3	44	10	54
11	Paleografia	3	44	10	54
12	Perspectivas Teóricas e Metodológicas da Arqueologia Nordestina	3	44	10	54
13	Tópicos Especiais em História Contemporânea	3	44	10	54
14	Tópicos Especiais em História Cultural	3	44	10	54
15	Tópicos Especiais em História do Nordeste	3	44	10	54

16	Tópicos Especiais em História Social	3	44	10	54
17	Tópicos Especiais em Memória e Patrimônio	3	44	10	54
18	Tópicos de Filosofia Contemporânea	3	44	10	54

Quadro 4 – Distribuição da carga horária por componente curricular

Componentes Curriculares	Carga horária 60 m	Percentual
Disciplinas Obrigatórias	1.908	55,9%
Disciplinas Eletivas	108	3,1%
Estágio Supervisionado	400	11,7%
Prática Como Componente Curricular	400	11,7%
Trabalho de Conclusão de Curso	54	1,5%
Atividades Acadêmicas, Científicas, Culturais	200	5,8%
Atividades Curriculares de Extensão - ACE	342	10%
Carga horária total	3.412	100%

4.1.6. Proposta curricular

De acordo com o Parecer CNE/MEC nº 02/2015, a articulação teoria-prática é necessária para que os alunos aprendam em situação real, construindo estratégias para as realidades complexas, aprendendo a enfrentar obstáculos epistemológicos, didáticos, dentre outros, e relacionando-os em tempo presente com as aprendizagens teórico-acadêmicas-curriculares. Os estágios em geral são curtos e pontuais, não sendo o bastante para uma formação mais adequada de professor.

Anteriormente, o Parecer CNE/MEC nº 09/2001, considerava:

Inadequado que a ida dos professores às escolas aconteça somente na etapa final de sua formação, pois isso não possibilita que haja tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões do trabalho do professor, nem permite um processo progressivo de aprendizagem. A ideia a ser superada, enfim, é a de que o estágio é o espaço reservado à prática, enquanto a sala de aula se dá conta da teoria.

Torna-se obrigatório o fomento de uma concepção de prática como componente curricular nos momentos e espaços em que se trabalham as disciplinas, durante a formação

teórica e também nos estágios supervisionados, sem mencionar o papel fundamental ocupado pela extensão e a pesquisa, como efetivo instrumento de mediação entre a teoria e a prática.

A proposta curricular do curso de História busca estratégias para manter ou aumentar o seu conceito 4 (varia de 1 a 5) obtido na sua última avaliação divulgada em 2014. Esse resultado foi obtido graças a promoção de atividades acadêmicas em linhas de pesquisas e projetos de extensão para a formação qualificada de recursos humanos em consonância com a realidade econômica, social, histórica e cultural da região sertaneja. Com relação ao último ENADE (um componente curricular obrigatório de acordo com a Lei nº 10.861/2004) ocorrido em 2017 do qual participaram cento e setenta e quatro estudantes de História, entre ingressantes e concluintes, ainda não dispomos de dados para verificação. Porém, antes da avaliação a prática no curso de História é a de fazer ampla divulgação entre os estudantes da avaliação, promover reuniões, palestras, cursos e outras ações para sanar as dúvidas e preparar os alunos para o exame.

4.1.6.1. Ementas das disciplinas obrigatórias

1º PERÍODO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA – 54 horas

EMENTA

A natureza do conhecimento histórico. Os conceitos fundamentais da história. O documento na história: tipologia, seleção e tratamento. A constituição da história como disciplina científica. O ofício do historiador e os lugares de produção do conhecimento historiográfico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLOCH, Marc. **Apologia da história. Ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARR, Edward H. **O que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: UNICAMP, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDIOU, François. **Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

JENKINS, Keith. **A história repensada.** São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla B. & LUCA, Tânia R. (Orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2005.

FUNDAMENTOS DE ARQUEOLOGIA E PRÉ-HISTÓRIA BRASILEIRA – 54 horas

EMENTA

Estudo e análise da arqueologia. Definição histórica da disciplina. Teoria e métodos de pesquisas arqueológicas. Diversidade de possibilidades interpretativas do estudo arqueológico, sua relação e diálogo com outras áreas do conhecimento científico, especialmente a História. Relevância dos estudos arqueológicos para contrastar aos estudos históricos e mostrar os limites e alcances dessa ciência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUNNELL, Robert. **Classificação em arqueologia**. São Paulo: EDUSP, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MEGGERS, Betty Jane. **América pré-histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PEREIRA, Moacyr Soares. **Índios Tupi-Guarani na pré-história: suas invasões do Brasil e do Paraguai, seu destino após o descobrimento**. Maceió: EDUFAL, 2000.

SCHAAN, Denise Pahl. **Marajó: arqueologia, iconografia, história e patrimônio: textos selecionados**. Erechim: Habilis, 2009.

HISTÓRIA DE ALAGOAS -54 horas

EMENTA

Estuda a singularidade de Alagoas no processo de constituição da América Portuguesa e sua integração nacional até a atualidade. Analisa o processo de sua formação histórica em linhas gerais, destacando a produção da historiografia regional, as questões relacionadas à dinâmica de produção (economia) e às relações de poder intra-elites e entre as classes sociais, mediadas pelo Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Luiz Sávio de; SILVA, Amaro Hélio Leite da (Orgs.). **Índios de Alagoas: cotidiano, terra e poder**. Maceió: EDUFAL, 2010.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. Maceió: Edufal, 1982.

LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica**. Maceió: EDUFAL, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas seguido de o baixo São Francisco: o rio e o vale**. Maceió: Edufal, 2015.

DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas: (áreas da cana-de-açúcar) pesquisa e interpretação**. Maceió: EDUFAL, 2010.

FREITAS, Décio. **República de Palmares**. Maceió: EDUFAL, 2010.

GOMES, Flávio. **Palmares**. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **A caverna do diabo e outras histórias**: ensaios de história social das religiões (Alagoas, século XIX e XX). Maceió: EDUFAL, 2016.

PROFISSÃO DOCENTE – 54 horas

EMENTA

Estudo da constituição histórico-social da docência, da relação entre o professorado e o Estado no Brasil, apreendendo o processo de feminização e profissionalização docente, bem como as influências do mundo do trabalho sobre a formação e o processo de trabalho docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, M. **Ofício de mestre**. São Paulo: Vozes, 2001.

CHARLOT, Bernard. **Formação dos professores e relação com o saber**. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

ESTEVE, J. M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru: Edusc, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ESTRELA, Maria Teresa (Org.) **Viver e construir a profissão docente**. Porto, Portugal: Porto, 1997.

NÓVOA, António (Org.) **Vidas de Professores**. Porto, Portugal: 1992.

OLIVEIRA, Dalila A. **Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice & LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 2ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

METODOLOGIA CIENTÍFICA – 72 horas

EMENTA

Conceitos básicos de metodologia científica. Linguagem científica. Fundamentos da investigação científica. Tipos de Pesquisa. Estruturas formais e funcionais do discurso científico. Subsídios para a produção e a interpretação de textos científicos: resumo, resenha, relatório, projetos de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2003.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEUAD, S.; WEBER, F. **Guia para uma pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,

2007.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, s/d.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

2º PERÍODO

HISTÓRIA ANTIGA – 54 horas

EMENTA

Estudo de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da antiguidade oriental e ocidental por meio de reflexões críticas da produção historiográfica e de fontes primárias do período produzidas em diferentes culturas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FINLEY, Moses. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Graal, 1991.

JONES, Peter. **O Mundo de Atenas**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LÉVÊQUE, Pierre. **As primeiras civilizações: da Idade da Pedra aos povos semitas**. Lisboa: Edições 70, 2009.

VEYNE, Paul (org.). **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DETIENNE, Marcel. **Os gregos e nós: uma antropologia comparada da Grécia Antiga**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MOSSE, Claude. **Péricles: o inventor da democracia**. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

REDE, Marcelo. **Família e patrimônio na antiga Mesopotâmia**. São Paulo: MAUAD, 2007.

SCHIAVONE, Aldo. **Uma história rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno**. São Paulo: EDUSP, 2005.

VERNANT, Jean-Pierre. **Entre mito e política**. São Paulo: Edusp, 2001.

HISTÓRIA INDÍGENA – 54 horas

EMENTA

Estudo etnohistórico das comunidades indígenas brasileiras e suas influências na construção da identidade nacional, com enfoque nas populações que ocuparam a região Nordeste, desde a pré-história até os dias atuais, tendo por objetivo a desmitificação e esclarecimento de pré-conceitos e análise dos processos de circularidade de culturas, reelaboração cultural e etnogênese dos grupos indígenas. A historiografia tradicional e os discursos sobre o “desaparecimento” dos povos indígenas desde os primeiros anos da colonização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: HUCITEC; [Brasília]: INL, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. São Paulo: Global; Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 2004.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PEREIRA, Moacyr Soares. **Índios Tupi-Guarani na pré-história: suas invasões do Brasil e do Paraguai, seu destino após o descobrimento**. Maceió: EDUFAL, 2000.

RIBEIRO, Berta. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global, 2009.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana K. Leal (coord.). **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.

GEO HISTÓRIA – 54 horas

EMENTA

A geografia e seu intercurso com a história. Aspectos da geografia humana e econômica. O meio geográfico na organização do espaço e a sua interdependência com os acontecimentos ou fatos históricos da humanidade, do mundo antigo aos dias atuais. O espaço geográfico para a ciência histórica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Marins Fontes, 2002.

CASTRO, Iná Elias de; CORREA, Roberto L. e GOMES, Paulo Sergio da Costa. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLACK, Jeremy Black. **Mapas e história: construindo imagens do passado**. Bauru: EDUSC, 2005.

NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: UNESP, 2002.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Edusp, 2011.

POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL – 72 horas

EMENTA

O estudo da organização escolar brasileira nos diversos níveis e modalidades da educação básica no contexto histórico, político, cultural e socioeconômico da sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AZEVEDO LINS, M. J. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo, Cortez, 1999.
- SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. Campinas: autores Associados, 2001.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil**. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.
- VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. Maceió: EDUFAL, 2001.

FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DO CONHECIMENTO – 72 horas

EMENTA

Reflexões sobre ciência e filosofia; os fundamentos sociológicos antropológicos do conhecimento; a produção do conhecimento na arte, na educação e na religião; a relevância dos saberes locais e tradicionais; racionalismo e empirismo; a questão da neutralidade na ciência e o exame de seus aspectos objetivos e subjetivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CHAUI, M. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.
- CYRULNIK, Boris; MORIN Edgar. **Diálogo sobre a natureza humana**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- YOUNG, Michael F. D. **O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas**. Revista Brasileira de Educação. V. 16. Nº 48, set./dez. 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES

- BOMBASSARO, L. C. **As fronteiras da epistemologia: Como se produz o conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- CALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1997.
- DUTRA, L. H. A. **Introdução à teoria da ciência**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.
- FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: as lógicas das invenções científicas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.
- HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano**. São Paulo: Escala Educacional, 2006.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

3º PERÍODO

HISTÓRIA MEDIEVAL – 54 horas

EMENTA

Os fundamentos econômicos, políticos, sociais da civilização feudal e dos impérios bizantino e muçulmano. Culturas, interdições e conflitos. A vida nas cidades medievais do Ocidente. A origem da burguesia. Revisão crítica da historiografia medievalista e análise de fontes primárias do período.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 2009.

KULA, Witold. **Teoria econômica do sistema feudal**. Lisboa: Presença, 1962.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **HISTÓRIA da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1985. Vol. 1.

DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média: estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru: EDUSC, 2005.

MANGO, Cyril. **Bizâncio - o Império da nova Roma**. Lisboa: Edições 70, 2008.

LIBRAS – 54 horas

EMENTA

Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), da sua estrutura gramatical, de expressões manuais, gestuais e do seu papel para a comunidade surda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: ARTMED, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Lucinda. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

NOGUEIRA, Jorge Luiz Fireman. **Uso do software hágáquê para a prática da língua portuguesa escrita da pessoa com surdez**. Maceió: EDUFAL, 2011.

SKLIAR, Carlos (Org). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

STRNADOVÁ, Vera. **Como é ser surdo**. Petrópolis: Babel Cultural, 2000.

DIDÁTICA – 72 horas

EMENTA

Estudo da prática pedagógica vigente e dos fundamentos da docência, considerando a evolução da didática na perspectiva sócio-histórica e metodológica. Abordagens contemporâneas da Didática e sua problematização a partir do cotidiano da sala de aula como espaço para ensinar e aprender.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRZEZINSKI, I. (org). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Autonomia da escola: princípios e propostas. Guia da escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 1997.

HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LUCK, H. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. Campinas/SP: Papirus, 1997.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM – 72 horas

EMENTA

Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano na infância, na adolescência e na fase adulta segundo as teorias clássicas da Psicologia do Desenvolvimento e as atuais ciências do desenvolvimento na perspectiva dos ciclos de vida. O desenvolvimento humano frente à diversidade cultural, social e étnica dos múltiplos contextos de desenvolvimento. Articular o estudo do desenvolvimento com as concepções de aprendizagem e com a área da Educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIAGGIO, Ângela M. Brasil. **Psicologia do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GOULART, Iris B. **Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 1987.

REGO, Teresa Cristina; REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórica-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Alvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
- PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- ROSSETI – FERREIRA, M. Clotilde (org.). **Rede de significações**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
- VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BEE, Helen; BOYD, Denise Roberts. **A Criança em desenvolvimento**. São Paulo: Harbra, 1988.

FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS – 72 horas

EMENTA

Reflexões acerca das Ciências Sociais, contextualizando o período histórico que justificou o seu surgimento. Abordagens das diferentes vertentes teóricas e metodológicas dos clássicos das Ciências Sociais, sobre a constituição da sociedade, na sua complexa estruturação. Debate sobre as grandes questões da contemporaneidade como: pós-colonialismo, questões étnico raciais, de gênero e a questão ambiental, inerente ao pensamento contemporâneo nas suas variadas dimensões.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense. 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009.
- LEFF, E. **Saber ambiental – sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MUNANGA. K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autentica 2004.
- WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify. 2012, 1975.

4º PERÍODO

HISTÓRIA DA ÁFRICA – 54 horas

EMENTA

Estudo das sociedades africanas por meio de análises da historiografia e de fontes primárias. Processos de formação histórica das sociedades africanas anterior à escravidão moderna. O comércio transatlântico de escravos. Colonialismo e processos de independência de países africanos. Sociedade, cultura, economia e política no continente africano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra**. Lisboa: Europa- América, 2002. Vol. I a VIII.
M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações: tomo I (até o século XVIII)**. Salvador: EDUFBA, 2009.
WESSELING, H. L. **Dividir para dominar: a partilha da África, 1880-1914**. São Paulo: REVAN, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
COSTA E SILVA, Alberto da. **A enxada e a lança: A África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
COSTA E SILVA, Alberto da. **Manilha e o Libambo: A África e a escravidão de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

HISTÓRIA MODERNA – 54 horas

EMENTA

Cenário econômico e político do período moderno. O Oriente dos séculos XV ao XVII. Processo de transição do feudalismo para o capitalismo. O Islã, os árabes e o Império Otomano. China, Índia e a mundialização no século XVI. Formação dos Estados Absolutistas. Do teocentrismo ao antropocentrismo. A cultura do Renascimento no ocidente e oriente. Reformas religiosas, feitiçaria e ciência. Iluminismo e a vitória da Razão. Revoluções políticas na Inglaterra e na França.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURKE, Peter. **O Renascimento italiano: cultura e sociedade na Itália**. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.
FALCON, Francisco e RODRIGUES, Antônio E. **A formação do mundo moderno: a construção do Ocidente do século XIV ao XVIII**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
SWEEZY, Paul Marlor. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.
BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do renascimento na Itália: um ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
CHARTIER, Roger. **Origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: UNESP, 2003.
DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO ESCOLAR – 72 horas

EMENTA

O estudo da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, segundo os pressupostos legais vigentes, na perspectiva do planejamento e gestão participativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**. São Paulo: Cortez, 2001.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2001.

VEIGA, Ilma Passos A.; RESENDE, L. M. G. (Orgs). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. São Paulo: Papirus, 1998

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (org.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2008.

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**. São Paulo: Papirus, 2001.

VIEIRA, S. L. (Org.) **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

INTRODUÇÃO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – 72 horas

EMENTA

Sociedade da Informação. Tecnodeterminismo. Usos Sociais da Tecnologia. Interações Sociais e Processos Críticos. Relações de Poder na Sociedade da Informação. Novos paradigmas da convergência tecnológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Uma educomunicação para a cidadania**. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/6.pdf>>. Acesso em 21 de janeiro de 2019.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Comunicação / Educação: Emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais**. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/140.pdf>>. Acesso em 21 de janeiro de 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERLO, D. K. **O processo de comunicação: introdução à teoria e à prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRAGA, J. L. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

CANCLINI, Néstor G. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

PERLES, J. B. **Comunicação: conceitos, fundamento e história.** Porto: BOCC, 2007.

HOHLFELDT, A; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. **Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências.** Petrópolis: Vozes, 2015.

PRÁTICA DE ENSINO 1 – 100 horas

EMENTA

A prática de ensino em história através do documento escrito, imagem e audiovisual, patrimônio cultural, registro sonoro, ou de temáticas interdisciplinares em diálogo com a história regional e local. Análise e produção de materiais didáticos destinados ao ensino básico de história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** São Paulo: Cortez, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de; ARANTES, José Tadeu (Coord.). **A ferida de Narciso: Ensaio de história regional.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX.** Ática, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História colonial: (1500-1800).** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão.** Campinas: Papirus, 1998.

DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas: (áreas da cana-de-açúcar) pesquisa e interpretação.** Maceió: EDUFAL, 2010.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola; SAMPAIO, Wilson Correia (Org.). **Missionários e beatos nos sertões nordestinos: ações socializadoras e formativas (séculos XVIII-XX).** Maceió: EDUFAL, 2011.

ROCHA, Tadeu. **Modernismo e regionalismo.** Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 2014.

5º PERÍODO

HISTÓRIA DO BRASIL 1 – 54 horas

EMENTA

Estudo da história da América portuguesa, entre os séculos XVI e XIX, a partir dos registros históricos, da historiografia clássica e das visões mais contemporâneas. Destaque de alguns temas políticos, econômicos, sociais e culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 1997.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: CNPq, 1988.

SOUZA, Laura de Mello e. (org.). **História da vida privada 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HISTÓRIA DA AMÉRICA – 54 horas

EMENTA

Estudo do contato das sociedades pré-colombianas com os conquistadores europeus a partir de 1492, das estruturas da administração colonial, das modalidades de trabalho compulsório, do tráfico de escravos, da resistência escrava e das formações nacionais nas Américas no século XIX e das sociedades americanas contemporâneas, tendo em vista questões raciais, de gênero e de classe, a partir da reflexão crítica da produção historiográfica e de análise de documentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. **História do novo mundo 2: as mestiçagens**. São Paulo: EDUSP, 2006.

GENOVESE, Eugene. **Mundo dos senhores de escravos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo: Atual, 1994.

BETHELL, Leslie. **A América Latina após 1930: economia e sociedade**. São Paulo: EDUSP, 2009.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina: de 1870 a 1930**. São Paulo: EDUSP, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. **História do Novo Mundo: da descoberta à conquista. Uma experiência europeia, 1492-1550**. São Paulo: EDUSP, 2001.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PELEGALLI, Enrique. **A América que os europeus encontraram**. São Paulo: Atual, 2003.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do novo mundo e do sentido do seu dever**. São Paulo: UNESP, 1992.

AYERBE, Luís Fernando. **A Revolução cubana**. São Paulo: UNESP, 2004.

NUNES, Américo. **As Revoluções do México**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DIDÁTICA DO ENSINO DE HISTÓRIA – 72 horas

EMENTA

A formação de professores de História. A reflexão sobre a atuação do professor em sala de aula. Os métodos de ensino e conhecimento dos materiais didáticos próprios para o ensino de História em todos os níveis do ensino fundamental e médio. História do Ensino de História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

PINSKY, Carla (org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores**. São Paulo: Contexto, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

KARNAL, Leandro (org.). **História da sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

PINSKY, Jaime. **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2011.

HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geysa Dongley. **O ensino de história e seu currículo: teoria e método**. Petrópolis: Vozes, 2010.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1 – 100 horas

EMENTA

A prática docente em história para o ensino fundamental e médio. Elaboração e execução de atividades supervisionadas de ensino a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos relacionados com a prática de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

KARNAL, Leandro (org.). **História da sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FONSECA, Selva. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 1995.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores**. São Paulo: Contexto, 2011.

PINSKY, Carla (org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009.

SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA – 72 horas

EMENTA

Refletir sobre a problemática da construção do conhecimento sociológico contemporâneo: culturas e sociedades. Compreender a racionalidade constitutiva do pensamento moderno dentro da perspectiva local/global. Enfocando de maneira privilegiada, os debates fecundos sobre pós-colonialismo, questões identitárias, modernidade e pós-modernidade. Igualmente, propõem-se discutir a partir de tais pensamentos, as relações entre dominação, poder e violência simbólica, bem como, as formas de participação coletiva e organização social na contemporaneidade e diálogos com a educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- LANDER, Edgard (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino americanas**. Buenos Aires, 2005.
- NOGUEIRA, M. Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- ELIAS, Norbert, **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.
- HALL, S. **A identidade cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PRÁTICA DE ENSINO 2 – 100 horas

EMENTA

A prática de ensino em história através do documento escrito, imagem e audiovisual, patrimônio cultural, registro sonoro, ou de temáticas interdisciplinares em diálogo com a história regional e local. Análise e produção de materiais didáticos destinados ao ensino básico de história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.
- MELLO, Evaldo Cabral de; ARANTES, José Tadeu (Coord.). **A ferida de Narciso: Ensaio de história regional**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.
- VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. Ática, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História colonial: (1500-1800)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.
- CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papyrus, 1998.

DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas: (áreas da cana-de-açúcar) pesquisa e interpretação.** Maceió: EDUFAL, 2010.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola; SAMPAIO, Wilson Correia (Org.). **Missionários e beatos nos sertões nordestinos: ações socializadoras e formativas (séculos XVIII-XX).** Maceió: EDUFAL, 2011.

ROCHA, Tadeu. **Modernismo e regionalismo.** Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 2014.

6º PERÍODO

HISTÓRIA DO BRASIL 2 – 54 horas

EMENTA

O Brasil entre a emancipação política, a formação do Estado e da nação, até o fim da monarquia. Influência do Liberalismo e de outras correntes do pensamento. Estudos clássicos e novas abordagens sobre política, economia, sociedade e cultura no Brasil imperial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial & Teatro das sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume Dumará: 1996.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos decisivos.** São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada: Império; a corte e a modernidade nacional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo da Saquarema: a formação do estado imperial.** São Paulo: Hucitec, 2011.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império: 1871-1889.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1984.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TEORIA DA HISTÓRIA – 54 horas

EMENTA

A ciência moderna e as possibilidades de construção do saber histórico no século XIX. Princípios e perspectivas do Positivismo. Historicismo e romantismo na configuração da disciplina histórica. O paradigma marxista e seus desdobramentos no conhecimento histórico. A passagem da história-narração à história-problema na Escola dos Annales. Pluralidade de tendências na historiografia atual: imaginário, história cultural, micro-história, nova história política, biografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, José d'Assunção. **O campo da História**. Petrópolis: Vozes 2004.
BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

PESQUISA EDUCACIONAL – 54 horas

EMENTA

Pressupostos e características da pesquisa em educação e ciência histórica. A pesquisa quantitativa e qualitativa em educação e na história. Diferentes abordagens metodológicas de pesquisa em educação e ciência histórica. Fontes de produção da pesquisa educacional: arquivos, bibliotecas, meios informatizados. Diferentes abordagens teóricas na pesquisa educacional e histórica. Etapas de um projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BICUDO, M.; SPOSITO, V. **Pesquisa qualitativa em educação**. Piracicaba: UNIMEP, 1994.
FAZENDA, I. A. (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
FAZENDA, I. A. **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
FRANCO, C.; KRAMER, S. **Pesquisa e educação**. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.
GERALDI, C. M.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. (Orgs.). **Cartografia do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)**. Campinas: Mercado das Letras, 1998.
ZAGO, N; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. (Orgs.). **Itinerários de pesquisa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
SANTOS-FILHO, J.; GAMBOA, S. (Orgs.) **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

ELETIVA – 54 horas

ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2 – 100 horas

EMENTA

A prática docente em história para o ensino fundamental e médio. Elaboração e execução de atividades supervisionadas de ensino a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos relacionados com a prática de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

KARNAL, Leandro (org.). **História da sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FONSECA, Selva. **Caminhos da História ensinada**. Campinas: Papirus, 1995.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores**. São Paulo: Contexto, 2011.

PINSKY, Carla (org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009.

ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO 1 – 60 horas

EMENTA

Realizar Projeto de Extensão Curricularizada (PROJEXC) que integrem os discentes nas realidades sociais enquanto investigadores e educadores em formação. Articular teoria e prática na identificação de problemas, fontes, dados e conceitos e métodos que construam soluções para cada contexto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

THIOLLENT Michel; ARAÚJO FILHO, Targino de; SOARES, Rosa L. S. (Orgs.). **Metodologias e experiências em projetos de extensão**. Niterói: EdUFF, 2000.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo, Editora UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BARROS, José d' Assunção. **O projeto de pesquisa em História**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VIEIRA, Maria do P. de Araújo; PEIXOTO, Maria do R. da Cunha; KHOURY, Yara Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

FARIA Filho, Luciano Mendes de (org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Campinas: Autores Associados. Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

7º PERÍODO

HISTÓRIA DO BRASIL 3 – 54 horas

EMENTA

O Brasil republicano: da proclamação até os dias atuais. Os processos políticos, econômicos, sociais e culturais vivenciados pela sociedade brasileira. Novos estudos e questões sobre as diversas fases da República no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, Ciro Flamarion S; LINHARES, Maria Yedda Leite. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil, 3. República: da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASALECCHI, José Enio. **O Brasil de 1945 ao golpe militar: da República liberal ao golpe de 64**. São Paulo: Contexto, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1993-]. 11 v.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado, ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA – 54 horas

EMENTA

A Revolução Francesa enquanto marco do mundo contemporâneo. Trabalhadores e movimento operário europeu. As relações entre Europa, África e Ásia. Conjuntura política, econômica e cultural do século XIX. Império e guerras napoleônicas. Revolução industrial e Capitalismo. Revolução de 1848: socialismo e nacionalismo. Impacto e desdobramento da Comuna de Paris. Colonialismo, Imperialismo e Primeira Guerra Mundial. A Revolução Russa e seus impactos. A Europa no entre guerras: fascismo e o nacional-socialismo. A Crise do mundo capitalista de 1929. A conjuntura política da Ásia nos anos 1930. O processo histórico da Segunda Guerra Mundial. Islã, árabes e impactos da criação do Estado de Israel em 1948. Política, economia e cultura no ocidente e oriente entre os 1960 e 1970. Guerra Fria, queda de Muro de Berlim e desintegração da União Soviética. O movimento operário no contexto da globalização e do neoliberalismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Edições 70, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 2002, 1987. (3 vols.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

METODOLOGIA DA PESQUISA HISTÓRICA – 54 horas

EMENTA

A pesquisa contemporânea e os novos problemas de investigação. Fontes, métodos e técnicas de pesquisa histórica. Orientação e instrumentalização da pesquisa. Operacionalização de conceitos e categorias de análise. As etapas do projeto de pesquisa em História. Reelaboração do projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, José d' Assunção. **O projeto de pesquisa em História**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2010.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spíndola Silveira Truzzi. **História e documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006.

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

VIEIRA, Maria do P. de Araújo; PEIXOTO, Maria do R. da Cunha; KHOURY, Yara Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3 – 100 horas

EMENTA

A prática docente em história para o ensino fundamental e médio. Elaboração e execução de atividades supervisionadas de ensino a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos relacionados com a prática de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

KARNAL, Leandro (org.). **História da sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FONSECA, Selva. **Caminhos da História ensinada**. Campinas: Papirus, 1995.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores**. São Paulo: Contexto, 2011.

PINSKY, Carla (org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009.

ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO – ACE 2 – 90 horas

EMENTA

Realizar Projeto de Extensão Curricularizada (PROJEXC) que integrem os discentes nas realidades sociais enquanto investigadores e educadores em formação. Articular teoria e prática na identificação de problemas, fontes, dados e conceitos e métodos que construam soluções para cada contexto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

THIOLLENT Michel; ARAÚJO FILHO, Targino de; SOARES, Rosa L. S. (Orgs.). **Metodologias e experiências em projetos de extensão**. Niterói: EdUFF, 2000.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo, Editora UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PINSKY, Carla (org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009

LANDER, Edgard (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino americanas**. Buenos Aires, 2005

HALL, S. **A identidade cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos, 1989.

LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

8º PERÍODO

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA – 54 horas

EMENTA

Autores, obras, conceitos e principais temáticas da investigação historiográfica brasileira. Diferentes momentos, correntes historiográficas e a renovação contemporânea dos estudos históricos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IGLESIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

REIS, Jose Carlos. **As identidades do Brasil 1**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980: experiências e horizontes**. Passo Fundo, RS: UPE, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ANTROPOLOGIA CULTURAL – 54 horas

EMENTA

A formação do pensamento antropológico. Objeto, método e técnicas da antropologia. Análise do processo de humanização e as teorias sobre a origem do homem e o “desenvolvimento” das culturas. Os sistemas de representações e simbolismos da sociedade brasileira. As principais correntes teóricas que permeiam a ciência antropológica. Os conceitos mais utilizados, tendo em vista sua vasta utilização nas ciências em geral e sua importância para o entendimento do conhecimento histórico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura**. Contexto, 2012.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2008.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos, 1989.

LARAIA, Roque de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO, ACE 3 – 90 horas

EMENTA

Realizar Projeto de Extensão Curricularizada (PROJEXC) que integrem os discentes nas realidades sociais enquanto investigadores e educadores em formação. Articular teoria e prática na identificação de problemas, fontes, dados e conceitos e métodos que construam soluções para cada contexto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- THIOLLENT Michel; ARAÚJO FILHO, Targino de; SOARES, Rosa L. S. (Orgs.). **Metodologias e experiências em projetos de extensão**. Niterói: EdUFF, 2000.
- CHAUÍ, M. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo, Editora UNESP, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- PINSKY, Carla (org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009
- LANDER, Edgard (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino americanas**. Buenos Aires, 2005
- HALL, S. **A identidade cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos, 1989.
- LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO 4 – 100 horas

EMENTA

A prática docente em história para o ensino fundamental e médio. Elaboração e execução de atividades supervisionadas de ensino a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos relacionados com a prática de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- KARNAL, Leandro (org.). **História da sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.
- CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- FONSECA, Selva. **Caminhos da História ensinada**. Campinas: Papyrus, 1995.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores.** São Paulo: Contexto, 2011.

PINSKY, Carla (org.). **Novos temas nas aulas de história.** São Paulo: Contexto, 2009.

PRÁTICA DE ENSINO 3 – 100 horas

EMENTA

A prática de ensino em história através do documento escrito, imagem e audiovisual, patrimônio cultural, registro sonoro, ou de temáticas interdisciplinares em diálogo com a história regional e local. Análise e produção de materiais didáticos destinados ao ensino básico de história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** São Paulo: Cortez, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de; ARANTES, José Tadeu (Coord.). **A ferida de Narciso: Ensaio de história regional.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX.** Ática, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História colonial: (1500-1800).** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão.** Campinas: Papyrus, 1998.

DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas: (áreas da cana-de-açúcar) pesquisa e interpretação.** Maceió: EDUFAL, 2010.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola; SAMPAIO, Wilson Correia (Org.). **Missionários e beatos nos sertões nordestinos: ações socializadoras e formativas (séculos XVIII-XX).** Maceió: EDUFAL, 2011.

ROCHA, Tadeu. **Modernismo e regionalismo.** Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 2014.

9º PERÍODO

ELETIVA – 54 horas

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA – 54 horas

EMENTA

Estudo das experiências históricas que possibilitaram a formulação da cultura afro-brasileira por meio de análises teóricas e fontes primárias. Conflitos, formas de negociações, resistências, táticas e processos de recriações de tradições culturais de origens africanas no Brasil durante a escravidão e após a abolição da escravatura, chegando ao século XXI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.
MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. (orgs). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Belo Horizonte: Annablume, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Emilia Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.
BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2012.
MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2012.
CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO, ACE 4 – 51 horas

EMENTA

Realizar Projeto de Extensão Curricularizada (PROJEXC) que integrem os discentes nas realidades sociais enquanto investigadores e educadores em formação. Articular teoria e prática na identificação de problemas, fontes, dados e conceitos e métodos que construam soluções para cada contexto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LANDER, Edgard (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino americanas**. Buenos Aires, 2005.
BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997.
RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Museu, ensino de História e sociedade de consumo**. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.
SILVA, Zélia Lopes da (org). **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.
MARTIN, G. **Pré-História do Nordeste**. Recife, UFPE, 1995.
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO, ACE 5 – 51 horas

EMENTA

Organizar e realizar o Encontro Nacional de História do Sertão (ENHS). Articulação de diferentes instituições de ensino e de pesquisa. Divulgação dos resultados de pesquisas e atividades de extensão. Promoção de mesas-redondas, simpósios temáticos, minicursos, oficinas, lançamentos de livros e apresentações artístico-culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LANDER, Edgard (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino americanas**. Buenos Aires, 2005.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Museu, ensino de História e sociedade de consumo**. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

SILVA, Zélia Lopes da (org). **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

MARTIN, G. **Pré-História do Nordeste**. Recife, UFPE, 1995.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

PRÁTICA DE ENSINO 4 – 100 horas

EMENTA

A prática de ensino em história através do documento escrito, imagem e audiovisual, patrimônio cultural, registro sonoro, ou de temáticas interdisciplinares em diálogo com a história regional e local. Análise e produção de materiais didáticos destinados ao ensino básico de história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de; ARANTES, José Tadeu (Coord.). **A ferida de Narciso: Ensaio de história regional**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. Ática, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História colonial: (1500-1800)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papirus, 1998.

DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas: (áreas da cana-de-açúcar) pesquisa e interpretação**. Maceió: EDUFAL, 2010.

MADEIRA, Maria das Graças de Lóiola; SAMPAIO, Wilson Correia (Org.). **Missionários e beatos nos sertões nordestinos: ações socializadoras e formativas (séculos XVIII-XX)**. Maceió: EDUFAL, 2011.

ROCHA, Tadeu. **Modernismo e regionalismo**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 2014.

4.1.6.2 Ementas das Disciplinas Eletivas

ARQUIVOLOGIA – 54 horas

EMENTA

Conhecimento dos arquivos e dos princípios técnicos a serem observadas na sua constituição, física, estrutural e logística. Na sua organização, desenvolvimento e utilização como acervo público ou privado. A importância do documento enquanto a sua natureza, suporte, tipologia e espécie.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARIA Filho, Luciano Mendes de (org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia e patrimônio**. Erechim: Habilis, 2007.

SCHELLENBERG, Theodoro R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Benedito (org.). **Memória, literatura e tecnologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2005.

BELLOTO, Heloísa L. CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.) **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: AAB-SP, 1996.

CASTILHO Ataliba Teixeira de (Org.) **A sistematização de arquivos públicos**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991.

INDOLFO, Ana Celeste (ET. all.). **Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos**. RJ: Arquivo Nacional, 1995.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: Ed. UFF, 1999.

CULTURA POPULAR – 54 horas

EMENTA

Estudo das tradições, costumes, hábitos, expressões artísticas e representações simbólicas do Povo Brasileiro com maior atenção aos movimentos ocorridos na região Nordeste, buscando identificar suas influências e processos transformativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. Rio de Janeiro/ Brasília: Ed. UFRJ/UNB, 1996.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Civilização e cultura**. São Paulo: Global, 2004.
MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2007.
IANNI, Octavio. **Ensaio de sociologia da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
LOPES, Helena Theodoro. **Negro e cultura no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Unesco, 1987.
RIBEIRO, Helcion. **A identidade do brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ESCRAVISMO NO BRASIL – 54 horas

EMENTA

Estudo introdutório sobre a escravidão no Brasil mesclando perspectivas da nova história da escravidão com leituras sistêmicas do ponto de vista econômico, a partir de crítica historiográfica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. Companhia das Letras: São Paulo, 2000.
CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
HEYWOOD, Linda M. **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Marcus. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Editora UFPE, 2010.
GOMES, Flávio (org.). **Mocambos de Palmares: histórias e fontes – séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de rei congo**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

HISTÓRIA DE ALAGOAS 2 – 54 horas

EMENTA

Temas do tempo presente da História de Alagoas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

VERÇOSA, Elcio de Gusmão; CARVALHO, Cícero Péricles de (Pref.). **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. Maceió: EDUFAL, 2006.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2012.
SALDANHA, Alberto (org.). **A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: EDUFAL, 2007.
PIMENTEL, Mercia Sylviane Rodrigues. **Política e mídia em discurso: análise de manchetes do jornal da Assembleia Legislativa de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2015.
LIRA, Fernando. **Corrupção e pobreza no Brasil: Alagoas em destaque**. Maceió: EDUFAL, 2005.
LIMA, Maria de Lourdes (Org). **Uma cultura anfíbia na transversalidade de saberes: Alagoas e Rússia**. Maceió, AL: Edufal, 2015.
MACEDO, Michelle Reis de. (org.). **As Repúblicas em Alagoas: pesquisas em história social e política**. Maceió: Edufal, 2017.

HISTÓRIA DA AMÉRICA 2 – 54 horas

EMENTA

Estudo da história do tempo presente na América Latina e América do Norte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2005.
FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
HALPERIN DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BETHELL, Leslie. **A América Latina após 1930: economia e sociedade**. São Paulo: EDUSP, 2009.
GALLUP, John Luke; GAVIRIA, Alejandro; LORA, Eduardo. **Geografia é destino? lições da América Latina**. São Paulo: UNESP, 2005.
NEIBURG, Federico. **Os intelectuais e a invenção do peronismo**. São Paulo, Edusp, 1997.
NUNES, Américo. **As revoluções do México**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo: Atual, 1994.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA 2 – 54 horas

EMENTA

A Revolução Russa e seus impactos. A Europa no entre guerras: fascismo e o nacional-socialismo. A Crise do mundo capitalista de 1929. A conjuntura política da Ásia nos anos 1930. O processo histórico da Segunda Guerra Mundial. Islã, árabes e impactos da criação do Estado de Israel em 1948. Política, economia e cultura no ocidente e oriente entre os 1960 e 1970. Guerra Fria, queda de Muro de Berlim e desintegração da União Soviética. O movimento operário no contexto da globalização e do neoliberalismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1999.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1987.
- ELEY, Geoff. **Forjando a democracia: A história da esquerda na Europa, 1850-2000**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 3 vol.

HISTÓRIA DA CULTURA ALAGOANA – 54 horas

EMENTA

Articulando cultura e história, a disciplina apresentará um panorama geral sobre as principais manifestações artísticas e culturais ocorridas em alagoas ao longo de seu processo de formação. Desta forma, além de destacar a produção literária, imagética (pintura, fotografia e cinema), musical e dramática, haverá espaços para discussão de diversas outras formas de manifestações culturais populares e/ou marginais, com foco em movimentos artísticos e grupos literários, bem como em seus críticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CAMPOS, Célia. **Uma visualidade: trajetória e crítica da pintura alagoana (1982/1992)**. São Paulo: Ed. Escrituras. 2000.
- LIMA JUNIOR, Felix. **Maceió de outrora**. Maceió: EDUFAL. 2001
- RODRIGUES, Rosiane. **Piranhas: retrato de uma cidade**. Maceió: Ed. Catavento. 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **História do modernismo em Alagoas**. Maceió: EDUFAL. 2005.
- SALES, Francisco Alberto. **Arruando para o forte: roteiro sentimental da cidade de Penedo**. Penedo, Casa do Penedo. Recife: Ed. Bagaco. 2003.

HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL – 54 horas

EMENTA

Conceito de História Econômica. Relações entre História e Economia. Povos coletores, economia agrícola e urbana. Escravidão na antiguidade clássica. Sistema feudal. Revolução comercial e expansão europeia. Formação do capitalismo, revolução industrial e imperialismo. Socialismo: construção, desenvolvimento e crise. A crise do liberalismo. Os "Anos de Ouro" do Capitalismo: emergência e crise do Welfare-State. Neoliberalismo e Mundialização do capital. Aspectos da evolução econômica do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- SANTIAGO, Theo (Org.). **Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica**. São Paulo: Contexto, 2011.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANDERSON, P. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

HISTÓRIA DO NORDESTE – 54 horas

EMENTA

Caracterização da ocupação indígena do que hoje se conhece por região Nordeste antes da presença europeia e as transformações ocorridas na apropriação da terra com o advento das formas da mão de obra escrava e assalariada. Estudo e problematização do trabalhador rural e os movimentos sociais no Nordeste. O processo de industrialização e a SUDENE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 1998.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.
- CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papyrus, 1998.
- SILVEIRA, Rosa M. Godoy. **O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. São Paulo: Moderna, 1984.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- FREIRE, Gilberto. **Nordeste**. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- FERREIRA, Brasília Carlos. **Trabalhadores, sindicatos, cidadania**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à Formação econômica do Nordeste** (Da articulação comercial à integração produtiva). Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1989.
- PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

HISTÓRIA ORAL – 54 horas

EMENTA

Estudo e análise dos conhecimentos teóricos, técnico e metodológico a ser utilizado na história oral, além de analisar as questões relativas a narrativa, subjetividade e a memória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTI, Verena. **História oral: experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Instituto de Identificação; Fundação Getulio Vargas, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. **História oral no Brasil: Como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MORAES, Marieta, AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORREIA, C. H. P. **História oral: teoria e técnica**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1978.

FERREIRA, M. M. (org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Ed. Diadorim, 1994.

MEIHY, José C. S. B. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

PENNA, Rejane Silva. **Fontes orais e historiografia**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2005.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MUSEOLOGIA – 54 horas

EMENTA

Estudo e análise histórica da museologia no Brasil e em Alagoas. Teoria e prática museológica. Museus, centros de documentação e preservação do patrimônio. Museu e Educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COMISSÃO do Patrimônio Cultural. **Guia de museus brasileiros**. São Paulo, Edusp. 2000

RAMOS, Francisco Régis L. **A danação do objeto: o museu no ensino de História**. Chapecó, Argos, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAGAS, M. S. **Museu: Coisa Velha, Coisa Antiga**. Rio de Janeiro: UNI-RIO, 1987.

MENESES, Ulpiano B. de A. et Al. **Como Explorar um Museu Histórico**. São Paulo: Museu Paulista; USP, 1992.

PINSKY, Carla Bassanezi et Al. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Museu, ensino de História e sociedade de consumo**. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

SILVA, Zélia Lopes da (org). **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

PALEOGRAFIA – 54 horas

EMENTA

Noções básicas sobre as técnicas paleográficas. Paleografia: definição e objetivos. A história da escrita. Paleografia e o diálogo interdisciplinar. A dificuldade da leitura, transcrição e interpretação dos documentos paleográficos luso-brasileiros dos séculos XVI ao século XIX.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. Santa Maria: UFSM, 2008.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Silvio de Almeida (Org.). **Por minha letra e sinal; documentos do ouro do século XVII**. Cotia: AE Ateliê Editorial/FAPESP, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos**. Recife: Ed. Universitária da universidade Federal de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco, 1994.

DIRINGER, David. **A escrita**. Lisboa: Ed. Verbo, 1985.

MARTINS, Wilson. **Palavra escrita**. São Paulo: Ed. Anhambi, 1957.

VALENTE, Jose Augusto. Voaz. **Álbum de paleografia portuguesa: documentos brasileiros**. São Paulo: ECA/USP, 1980.

ZAMBEL, Mirian Mani. **Breve história da escrita**. São Carlos: S.N. 1984.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA ARQUEOLOGIA NORDESTINA – 54 horas

EMENTA

Apresentar as principais correntes teóricas e metodológicas para os estudos Arqueológicos que vem se desenvolvendo na região Nordeste, identificando os avanços e permanências, assim como os resultados das pesquisas arqueológicas mais relevantes que tem contribuído para a ampliação do conhecimento no concernente ao processo de ocupação da região Nordeste, com destaque para a área onde se localiza a região do baixo São Francisco.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, M. **Horticultores pré-históricos do Nordeste**. Arquivos do Museu de História Natural. Belo Horizonte, UFMG, p.131-134, 1983/1984.

MARTIN, G. **O povoamento pré-histórico do vale do São Francisco**. Clio – Série

MARTIN, G. **Pré-História do Nordeste**. Recife, UFPE, 1995.

Sergipe. **Museu de Arqueologia de Xingó**, MAX/UFS, 2005.

VERGNE, C. **Cemitérios do Justino – estudo sobre a ritualidade funerária em Xingó**.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE, M. Horticultores pré-históricos do Nordeste. **Arquivos do Museu de História Natural**. Belo Horizonte, UFMG, p.131-134, 1983/1984.

NEVES, W. **Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira I**. São Paulo, Revista da USP, pp. 112141, 1999/2000.

GUIDON, N. **A arte pré-histórica na área arqueológica de São Raimundo Nonato; síntese de dez anos de pesquisa**. Revista Clio – Série Arqueológica, UFPE, 033, pp. 3-80, 1985.

OLIVEIRA, C. A. **Estilos tecnológicos da cerâmica pré-histórica do Sudeste do Piauí, Brasil**. São Paulo, FFLCH/MAE/USP. (tese de doutoramento), 2000.

VERGNE, C.; NASCIMENTO, A.; MARTINS, A. F. **O salvamento Arqueológico de Xingó. Documento 01**. UFS/PAX/PETROBRAS/CHESEF, 1997.

TÓPICOS ESPECIAIS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA – 54 horas

EMENTA

Discussão temática referente a História do tempo presente mundial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AARÃO, Daniel e FERREIRA, Jorge (org.). **As esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BATALHA, Cláudio; FORTES, Alexandre et alli (org.). **Culturas de classe**. Campinas: UNICAMP, 2004.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação Tio Sam aos Anos de Chumbo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na Revolução Burguesa – a política de alianças do PCB: 1928–1935**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938**. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo, Perspectiva, 2002.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA CULTURAL – 54 horas

EMENTA

O debate teórico a propósito do conceito de cultura e a renovação dos estudos da história cultural. A multiplicidade dos fenômenos culturais, apropriações e circularidade. Representações e imaginário social. Estudos sobre cultura no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Martha. **O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo; condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
RAGO, Margareth; GIMENEZ, Renato A. O. (orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: Unicamp/IFCH, 2000.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA DO NORDESTE – 54 horas

EMENTA

Destacar os episódios decisivos e de maior impacto no desenvolvimento/mudança da Região Nordeste do Brasil, tais como movimentos sociais, influências culturais e eventos naturais (seca) que direta ou indiretamente contribuíram para as transformações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: As fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.
FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da SUDENE, 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo, uma política de compromisso**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
LEITE LOPES, José Sérgio. **O vapor do Diabo, o trabalho dos operários do açúcar**. Rio, Paz e Terra, 1976.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.
ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade: Os operário-camponeses e a Fábrica dos Lundgren**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
BURSZTIN, Marcel. **O poder dos donos: Planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1985.
LEITE LOPES, José Sérgio [et al.]. **Mudança social no Nordeste: A reprodução da subordinação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
PENA, Maura. **O que faz ser nordestino**. São Paulo: Cortez, 1992.
SIQUEIRA, Deis (Org.). **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: EDUNB, 1997.

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA SOCIAL – 54 horas

EMENTA

Temas da História Social contemporânea: classe, gênero, raça e etnicidade, identidade, cultura e oralidade. Principais estudos da história social no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**. (volumes I, II, III).
LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero: Editora Universidade de Brasília/MCT/CNPq, 1988.
LARA, S. H.; MENDONÇA, J. M. N. (Orgs.). **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de História Social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
THOMPSON, E. P. **Senhores & caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria: um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
MATTOS, Marcelo Badaró. **Faces do trabalho: escravizados e livres**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2010.
HOBSBAWM, Eric J. **Os trabalhadores. Estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

TÓPICOS ESPECIAIS EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO – 54 horas

EMENTA

Relação entre história, memória e fontes orais com seus preceitos conceituais. Os lugares da memória: bibliotecas, museus, arquivos e centro de documentação. Historicização das ações de preservação do patrimônio histórico no Brasil. Memória, patrimônio histórico e cidadania. Memória e Ensino de História. Patrimônio imaterial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
CASTRO, Sônia R. de. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. da UNESP, Estação Liberdade, 2001.
GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, MinC/IPHAN, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, Lapa, 1996.

- BESSEGATO, Mauri Luis. **O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações coletivas**. Porto Alegre: Ed. Evangraf, 2004.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio Histórico e Cultural. “O Patrimônio, do indivíduo à coletividade”**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (orgs.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, Território Brasílis, 2002.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura – o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: UNICAMP, 2003.

TÓPICOS DE FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA – 54 horas

EMENTA

Problematizar questões filosóficas e seus surgimentos no âmbito da filosofia contemporânea, ressaltando a intervenção de Nietzsche como protagonista do método histórico genealógico. Destacar a fenomenologia e a hermenêutica enquanto alternativas à positividade da racionalidade instrumental e problematizar a crítica desenvolvida por Martin Heidegger à técnica moderna.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CHAUI, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.
- CYRULNIK, Boris; MORIN, Edgar. **Diálogo sobre a natureza humana**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BUZZI, Arcângelo R. **Introdução ao pensar: o ser, o conhecimento, a linguagem**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- FERRAZ, Marcus Sacrini A apagar. **Fenomenologia e ontologia em Merleau-Ponty**. São Paulo: Papirus, 2009.
- HEIDEGGER, Martin. **Introdução à metafísica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. São Paulo: Paulus, 2007.
- SANCHEZ VASQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular: CLACSO, 2011.

4.1.6.3. Atividades Complementares (Acadêmicas, Científicas, Culturais)

Conforme *Instrumento de Avaliação 2017*, as atividades complementares estão institucionalizadas e consideram a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, constante no PPC, e a existência de mecanismos comprovadamente exitosos ou inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento. As forma de aproveitamento e as cargas horárias constam no anexo II.

As atividades complementares objetivam atender outras exigências de um curso que almeja formar profissionais de ensino³. Incluem-se aí atividades de caráter científico, cultural

e acadêmico, que, articuladas ao processo formativo do professor, possam enriquecer essa formação. São previstas 200 horas de atividades (seminários, participação em eventos científicos, monitorias, iniciação à pesquisa, projetos de ensino, estudos afins etc.), que podem ser oferecidas pelo próprio curso, por qualquer outro setor acadêmico da UFAL, ou ainda, por qualquer outra instituição de ensino superior reconhecida no país.

O aluno de História, além das atividades e aulas obrigatórias previstas para sua formação, pode ainda participar de programas de pesquisa e extensão, como outras atividades complementares a sua qualificação profissional. No curso de História serão consideradas como atividades complementares as seguintes:

- Atividades voluntárias desenvolvidas com organizações privadas, públicas e não governamentais;
- Monitorias;
- Participação em projetos de iniciação científica;
- Estágios curriculares não-obrigatórios;
- Participação em projetos de extensão;
- Viagens de estudo e visitas técnicas;
- Palestras;
- Seminários ou Fóruns;
- Participação em empresas juniores e em núcleos de estudo e de pesquisas.

4.1.6.4. Prática Como Componente Curricular

Segundo Souza Neto e Silva (2014, p. 894), a prática “é a prática de ensino em todo o curso”. O objetivo Resolução CNE/CP nº 02/2015 ao estabelecer (400) quatrocentas horas para a prática de ensino, além do estágio curricular supervisionado, foi garantir que ao longo da formação o licenciando adquirisse experiência com o ensino. Cada universidade brasileira colocou a “prática” em funcionamento de diferentes formas: como disciplina específica, nas disciplinas de fundamentos da educação, em outras disciplinas e nos estágios.

Nesse Projeto Pedagógico do curso de História a Prática como Componente Curricular ocorrerá em quatro disciplinas de cem horas cada uma denominada Prática de Ensino 1, 2, 3 e 4. Nessas disciplinas os professores poderão optar por algumas das seguintes ações entendidas como prática de ensino: miniaulas (para os colegas estudantes), oficina para

alunos externos, análise e produção de material didático, atividades a serem realizadas nas escolas com posterior apresentação de relatório ao professor, reflexão ou desenvolvimento de atividades relacionadas as teorias da educação e didática, observação da prática educativa, reflexão sobre a prática com o uso de tecnologias, análise de materiais e livros didáticos, além de análise de documentos relativos ao ensino.

Por fim, esclarecemos que a prática de ensino como componente curricular é diferente do estágio supervisionado e, sempre que possível deverá ser realizada nas escolas do ensino básico da região onde se localiza o Campus do Sertão da UFAL.

4.1.6.5. O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Esse trabalho deve constituir resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo aluno sobre tema relacionado aos estudos da História. A Regulamentação do TCC de História (Anexo I) consta no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado pelo Colegiado do Curso em 25 de outubro de 2013. No seu artigo 7º, o Regulamento manda seguir o Padrão UFAL de normatização. A disponibilização do TCC para consulta é feita através da entrega de uma cópia à biblioteca do Campus do Sertão e outra cópia é depositada na sala da coordenação do curso.

A pesquisa de que resultará o TCC deverá ser iniciada no quinto semestre do curso, a partir de um projeto de pesquisa elaborado durante a disciplina Metodologia da Pesquisa Histórica, e será acompanhada por um professor-orientador e supervisionada pelo coordenador do TCC, professor designado especialmente para esta função, a quem compete ainda o encaminhamento de todos os procedimentos necessários para o adequado desenvolvimento do trabalho pelo aluno.

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC assume a seguinte conformação:

- O TCC não se constitui como disciplina, não tendo, portanto, carga horária fixa semestral; sua carga horária total, porém, será de 54 (cinquenta e quatro) horas, computadas com vistas à integralização da carga horária do Curso;
- A matrícula no TCC dar-se-á automaticamente, a partir do quinto período;
- O TCC poderá ser um trabalho de revisão bibliográfica, uma pesquisa de cunho documental e/ou de campo;

- A avaliação do TCC será realizada através de 01 (uma) única nota, dada após a entrega da redação final; sendo considerada para sua aprovação a nota mínima 7,0 (sete), nas condições previstas no Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História (anexo I), em seu artigo 17, alínea *i*;
- Caso o aluno não consiga entregar o TCC até o final do semestre letivo em que cumprir todas as outras exigências da matriz curricular, deverá realizar matrícula-vínculo no início de cada semestre letivo subsequente, até a entrega do TCC ou, se for o caso, quando atingir o prazo máximo para a integralização da grade curricular, caso contrário, sofrerá a pena de desligamento do Curso.

4.1.6.6. Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

Segundo a Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, a extensão passa a ser um componente curricular com a carga horária equivalente a 10% da carga horária total do curso. No curso de História a carga horária dedicadas as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) somam o total de trezentas e quarenta e duas horas (342), ofertadas entre o sexto e nono períodos. As atividades terão o acompanhamento dos professores do curso, escolhidos semestralmente, serão realizadas por estudantes com supervisão docente e serão avaliadas através da produção de relatório escrito.

O curso terá um programa de extensão, com no mínimo dois projetos, um evento e um curso de extensão, como descrito a seguir:

TÍTULO DO PROGRAMA: História, Educação, Memória e Identidades

EMENTA

Contextualização da extensão no âmbito da UFAL. Articulação entre a produção do conhecimento e extensão universitária. Elaboração e desenvolvimento de atividades extensionistas.

ÁREAS TEMÁTICAS DO PROGRAMA: Educação, Cultura e Direitos Humanos

LINHAS DE EXTENSÃO DO PROGRAMA: Artes Integradas; Desenvolvimento de Produtos; Direitos Individuais e coletivos; Formação de Professores; Metodologias e Estratégias de Ensino/Aprendizagem; Mídias; Patrimônio Cultural, Histórico e Natural.

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

OBJETIVO GERAL:

Formar professores/pesquisadores de História por meio de experiências educativas diversificadas nas quais se articulem: fundamentos teórico-metodológicos, prática colaborativa com sociedade civil e produção de novos saberes na perspectiva do direito público à memória, da vivência da diversidade cultural, da produção e divulgação científica e da inclusão social como fundamentos da formação no campo da extensão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Promover experiências de formação docente que contemplem teoria e práticas em diversas instituições sociais locais como: associação de moradores, cooperativas profissionais, escolas, museus, memoriais, bibliotecas, associações culturais etc.;
- Identificar demandas sociais locais que possam receber a intervenção das ações acadêmicas em coparticipação com a comunidade sertaneja para melhorar sua qualidade de vida;
- Realizar pesquisas científicas a partir do diagnóstico de problemáticas sociais locais e da promoção de intervenções práticas nessas realidades;
- Desenvolver, aplicar e avaliar diferentes metodologias de ensino e aprendizagem da história nas escolas públicas do alto sertão alagoano;
- Identificar, reconhecer, valorizar e divulgar a diversidade cultural presente no alto sertão alagoano;
- Sistematizar dados e análises acerca das memórias e histórias locais;
- Desenvolver diferentes produtos como resultados das atividades de extensão: apresentações artísticas, livros, artigos, anais, cartilhas, catálogos, materiais didáticos, lives etc.;

METODOLOGIA

O programa apoia-se em metodologias ativas uma vez que preza pela integração, colaboração e participação dos diferentes sujeitos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem. O importante é estimular a troca e a integração de saberes, experiências e proposições entre cientistas e a população local. Nesse sentido, serão praticadas articulações entre ensino, pesquisa e extensão. Isso porque a extensão não consiste em ações de tutela, utilitarismo, educação bancária ou mera prestação de serviços à comunidade. Ela é a recriação da sala de aula e do campo de pesquisa em ambientes diversos para promoção humanizada do ensino e da aprendizagem. É, portanto, no cotidiano de ações de extensão que se identificam problemas, se constroem objetos de estudo e se busca referenciais teórico-metodológicos adequados para ajudar a compreender cada questão levantada. A partir da extensão consegue-se produzir pesquisas investindo-se em metodologias inovadoras. Ela é, em si, uma experiência de ensino relevante na educação superior. Nesse sentido, as atividades de extensão promovidas por este programa estão embasadas nas metodologias das pesquisas históricas, mas são auxiliadas por abordagens interdisciplinares com a Educação, as Linguagens Artísticas, a Arqueologia, a Geografia, a Literatura, etc. Ao passo que os processos formativos fornecerem dados, análises, interpretações e produtos, será necessária a

divulgação científica dos resultados conseguidos em cada intervenção. Nesse ponto são importantes a promoção de e/ou participação em eventos acadêmicos para fazer circular o conhecimento produzido pela extensão do curso de História no alto sertão alagoano.

PÚBLICO-ALVO E LOCAL DE ATUAÇÃO:

Estudantes da licenciatura em História, representantes da sociedade civil (comunidades quilombolas e povos originários, movimentos sociais e culturais, trabalhadores, agricultores, estudantes, pescadores, professores e gestores da educação básica, gestores públicos, etc.).

UNIDADES ENVOLVIDAS:

Campus A. C. Simões (Programa de Pós-Graduação em História PPGH/UFAL); Campus Sertão (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Arqueologia e História – NUPEAH; Equipamento Cultural Grupo de Cultura Negra do Sertão *Abí Axé Egbé*; Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas Neabi; Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Diversidade e Educação do Sertão – NUDES; NUPEDS - Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão do São Francisco).

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 2021 a 2025

ACE ASSOCIADAS:

A) PROJETOS:

Projetos que serão desenvolvidos pelos professores do curso de História do Campus Sertão, embora possa-se contar com a colaboração de professores de outros campi, unidades, departamentos e mesmo instituições. Os projetos poderão ter diferentes períodos de realização e terão como características principais: metodologias interdisciplinares, participação da sociedade civil e produção de materiais didáticos e/ou produtos de divulgação científica.

B) EVENTOS:

Encontros, seminários, simpósios e ciclos de debates estão entre os diferentes formatos de eventos produzidos pelos professores e estudantes do curso de História/Campus Sertão. O objetivo é socializar conceitos, métodos, resultados e produtos oriundos das ações de ensino, pesquisa e extensão com cientistas de diferentes locais e instituições.

C) PRODUTOS ACADÊMICOS:

As distintas ações curriculares de extensão poderão ter como resultados diferentes produtos para auxiliar na ampliação do conhecimento por parte da população local: Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), artigos, livros, cartilhas, materiais didáticos, catálogos, lives, etc.

PARCERIAS:

Como parceria citamos o Equipamento Cultural *Abí Axé Egbé*, NUPEAH e NUPEDS.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO:

Relatórios, relatos audiovisuais dos participantes das atividades, exposições fotográficas e ações nas mídias sociais.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018.
- ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Campinas/SP: Papyrus, 1995.
- GOMES, Gustavo. **Extensão acadêmica, cultura afro-brasileira e ensino de história: interações éticas e estéticas de uma experiência sertaneja**. Revista Extensão, Palmas, v. 02, n. 01, 2018.
- GOMES, Gustavo; SANTOS, Ellen. **Ser(tão) negro com o Abí Axé Egbé: estudos e pesquisas interdisciplinares sobre as presenças negras no sertão alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2019.
- LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- MORAES, Maria Thereza. **Experiências e movimentos de subjetivação no percurso de formação: identidades, sentimentos e histórias**. Revista Lugares da Educação, Bananeiras-PB, v. 05, n. 10, 2015.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC**. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012.
- OLIVEIRA, Inês. Prefácio. In: PASSOS, Mailsa; PEREIRA, Rita (Orgs.). **Educação experiência estética**. Rio de Janeiro: Nau, 2011.
- PAULA, João. **A extensão universitária: história, conceitos e propostas**. Interfaces – Revista de Extensão, Belo Horizonte, v. 01, n. 01, 2013.
- SILVA, Iêda dos Santos da. **Abí Axé Egbé: Atuações, desafios e possibilidades extensionistas na formação de professores de História sobre a cultura afro-brasileira (2013-2017)**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia-AL.
- SILVA, Marcos; FONSECA, Selva. **Ensinar História no Século XXI: em busca do tempo entendido**. Campinas: Papyrus, 2007.
- UFAL. **Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento Institucional (2013-2017)**. Maceió, 2013.

PROJETO: CONEXÕES E SABERES DO ENSINO DE HISTÓRIA

EMENTA

Planejamento e aplicação de oficinas pedagógicas de História para professores e estudantes da Educação Básica sobre os métodos de abordagem de fontes históricas em sala de aula.

OBJETIVO

Aperfeiçoar a formação dos discentes e exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente.

PÚBLICO-ALVO: Licenciandos do curso de História, docentes da educação básica e comunidade em geral.

PROJETO: HISTÓRIA E MEMÓRIA NO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS

EMENTA

Realização de Ciclo de debates sobre o patrimônio histórico cultural, oficinas sobre tratamento das fontes primárias para a história local.

OBJETIVO

Fomentar na comunidade o auto-reconhecimento dos signos que contribuem para a identificação dos sentimentos de pertencimento cultural com o estado de Alagoas.

PÚBLICO-ALVO: Licenciandos do curso de História, docentes da educação básica e comunidade em geral.

PROJETO: ABÍ AXÉ EGBÉ: ENSINO DE HISTÓRIA, EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

EMENTA: Promover experiências formativas que integrem a sociedade civil a partir de atividades artísticas, científicas e pedagógicas utilizando-se uma metodologia híbrida que articula diferentes linguagens, métodos e perspectivas.

OBJETIVO: formar professores de história e cidadãos sensíveis e hábeis a lidarem de forma com a desigualdade racial, promovendo estudos, pesquisas, publicações, oficinas e apresentações artísticas centradas nas condições materiais e simbólicas das populações negras.

PÚBLICO ALVO: alunos da licenciatura em história; estudantes, professores e gestores da educação básica; integrantes de coletivos sociais, culturais e políticos negros do alto sertão alagoano, trabalhadores e demais interessados em participar.

PROJETO: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

EMENTA

Desenvolver ações extensionistas a partir dos diálogos com outras ciências sociais e saberes científicos.

OBJETIVO

Refletir sobre as interfaces da História na contemporaneidade, bem como sobre a aplicabilidade nas práticas pedagógicas do ensino de História e na pesquisa histórica.

PÚBLICO-ALVO: Licenciandos do curso de História, docentes da educação básica e comunidade em geral.

EVENTO: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO SERTÃO

EMENTA

Articular a produção do conhecimento historiográfico e extensão universitária.

OBJETIVO

Promover o encontro entre docentes, discentes de História, profissionais da educação e a sociedade em geral, interessados em debater sobre temas de estudos e pesquisas desenvolvidos pela historiografia, bem como questões do ensino de História.

PÚBLICO-ALVO: Licenciandos do curso de História, docentes da educação básica e comunidade acadêmica em geral.

Dessa forma, no contexto deste curso, as atividades curriculares de extensão estarão inseridas na Matriz Curricular na forma de quatro componentes curriculares, denominados *Atividades Curriculares de Extensão 1, 2, 3, 4 e 5* distribuídas da seguinte maneira:

ACE	PERÍODO	ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA
1	6º	Projeto 60 H/A	O projeto de extensão nesse semestre objetiva identificar problemáticas sociais do alto sertão alagoano e instrumentalizar os alunos de graduação quanto ao desenvolvimento de referenciais teórico-metodológicos da história, das ciências humanas e sociais a fim de que possam elaborar projetos de pesquisa e de extensão de maneira consistente.
2	7º	Projeto 90 H/A	O desenvolvimento sequencial do projeto de extensão promoverá a integração do discente nas realidades sociais enquanto investigadores e educadores em formação cuja atuação articule teoria e prática na identificação de problemas, fontes, dados e conceitos e métodos que construam soluções para cada contexto.
3	8º	Projeto 90 H/A	Esse novo projeto ampliará as perspectivas de atuação social do professor de história considerando as diferentes instituições locais como espaços de memória e construção de identidades (museus, associações, agremiações culturais, pontos turísticos etc.) a fim de diversificar as possibilidades do fazer profissional no alto sertão alagoano junto à sociedade civil.
4	9º	Projeto 51 H/A	O desenvolvimento sequencial do projeto estimulará os discentes a explorar os materiais e métodos construídos no campo (museus, associações, agremiações culturais, pontos turísticos etc.) e a sistematizar dados para posterior divulgação dos resultados conseguidos a partir das atividades de extensão.
5	9º	Evento 51 H/A	O Encontro Nacional de História do Sertão (ENHS), criado em 2014, é um espaço de difusão científica e cultural. Nessa ACE os alunos poderão praticar tanto a divulgação dos resultados de suas pesquisas e atividades de extensão, quanto a organização de um evento científico e ainda podem ministrar oficinas, publicar artigos, realizar apresentações artístico-culturais, cine-debates, aulas de campo e visitas técnicas etc.

4.1.6.7. Flexibilização curricular

Fundamentando-se na Resolução 113/95 CEPE/UFAL, compreendem-se as atividades de extensão universitária de caráter avulso, tais como atividades flexíveis, complementares e acadêmico-científico-culturais para a formação estudantil.

A interdisciplinaridade e a flexibilização curricular no curso de Licenciatura em História ocorre a partir de atividades, projetos de ensino e aprendizagem, pesquisa, extensão, e de eixos que integram os componentes curriculares.

Os conteúdos dos componentes curriculares foram escolhidos de forma a ser compatíveis com o perfil definido para o egresso deste curso de graduação. Assim, as iniciativas de capacitação prática, complementar a teoria, como visitas técnicas a museus, arquivos, galerias de arte, sítios históricos, entre outros, como também os eventos de capacitação promovidos intra e extra campus, atividades de pesquisas aplicadas em instituições públicas locais, dentre outras, buscam atender a flexibilização curricular e constarão no processo de formação acadêmico e profissional dos discentes do curso de História.

Nesse aspecto, os docentes do curso promovem nas suas disciplinas espaços para articular a teoria e a prática, através de atividade complementares de graduação, presenciais ou semipresenciais, projetos de ensino e aprendizagem, estágios, aproveitamento de estudos, extensão, pesquisa e outras práticas, as quais, buscam conferir ao currículo a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil de um egresso generalista e humanista.

4.1.6.8. Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado no curso de História do Campus do Sertão busca atender a Lei nº 11.788/2008, no que tange a carga horária de 400 horas, e sua realização a partir da segunda metade do curso, ou seja, o quinto período. No tocante ao Manual de Estágio do curso, a sua elaboração está em andamento através da coordenação de estágio e Núcleo Docente Estruturante.

No curso de História, o estágio curricular busca proporcionar ao discente do curso a vivência da realidade escolar a partir das visitas para observações prática de ensino realizadas nas unidades escolares do Ensino Básico, supervisionadas por um professor da escola e supervisionada pelo professor orientador do curso. Posteriormente, ocorre a elaboração de

relatórios detalhados sobre os aspectos físicos da escola, da comunidade escolar e da prática de ensino, o qual é arquivado pela coordenação do curso.

No que tange a relação entre teoria e prática, o estágio busca fazer essa articulação a partir de leituras e debates a respeito do ensino de História, etapa que antecede a visita as unidades escolares, da realização de micro aulas durante as disciplinas do curso de conteúdo específico, da elaboração dos planos de ensino por parte dos estagiários sob a supervisão do professor da escola selecionada para o estágio. A presença dos estudantes e professores do curso no cotidiano das escolas do ensino básico também permite o compartilhamento de conhecimentos durante a realização dos eventos acadêmicos da universidade, aos quais, a comunidade escolar é convidada a participar.

Para a execução do Estágio Supervisionado, deve se considerar o seguinte processo:

- a) Inicialmente, haverá a partição da turma de alunos do Curso de História em grupos de trabalho;
- b) Os grupos de trabalho serão postos em escolas do sistema de Educação Básica, sendo desde já determinada em que série e turma irão atuar;
- c) Tendo o acompanhamento constante do Professor da escola de formação, os grupos terão a experiência de assistir a aulas proferidas pelo Professor local, sendo ainda preparadas aulas a serem ministradas pelos próprios alunos estagiários;
- d) Serão criadas oportunidades para que o aluno de História conviva com o cotidiano da escola, em contato com o corpo administrativo, docente e discente;
- e) Simultaneamente, em salas de aula – da UFAL (Campus Sertão - Delmiro Gouveia) –, serão sistematizadas as vivências nas escolas, mediante debates, leitura de textos que venham esclarecer a experiência, identificando sua razão de ser com vistas a definição e planejamento das atuações seguintes junto à escola.
- f) O estágio I é pré-requisito para o estágio II; o Estágio III é pré-requisito para o Estágio IV.

O estágio supervisionado envolve quatro momentos:

- Estágio supervisionado I – Reflexões sobre a formação de professores de História e sua atuação em sala de aula, bem como sobre os métodos de ensino e conhecimento dos materiais didáticos próprios para o ensino de História e observação no ensino fundamental.

- Estágio supervisionado II - Observação, coparticipação e aulas supervisionadas em turmas do Ensino Fundamental, sendo avaliadas pelo (a) professor (a) regente da turma da escola escolhida para estágio e do (a) professor (a) do estágio, a partir de documento de avaliação.
- Estágio supervisionado III – Reflexões sobre a formação de professores de História e sua atuação em sala de aula, bem como sobre os métodos de ensino e conhecimento dos materiais didáticos próprios para o ensino de História e observação no Ensino Médio.
- Estágio supervisionado IV – Observação, coparticipação e aulas supervisionadas em turmas do Ensino Médio, sendo avaliadas pelo (a) professor (a) regente da turma da escola escolhida para estágio e do (a) professor (a) do estágio, a partir de documento de avaliação.

Será escolhido, dentre os (as) professores (as) que compõem o colegiado do curso, um coordenador de estágio, a quem caberá o acompanhamento das atividades de estágio no âmbito do Curso. As demais condições e prerrogativas para o estágio curricular obrigatório e não-obrigatório seguem a resolução Nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, que disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL.

Quanto à carga horária do Estágio Supervisionado, com fulcro na Lei Nº 6.494 de 07 de dezembro de 1977, na Resolução CNE/CP 2/2002 em seu Art. 1º, Inciso II e Parágrafo Único, no Parecer CNE/CES 492/2001, e na Resolução Nº 32/2005, CEPE-UFAL, o Estágio Supervisionado:

- a) Iniciado no quinto semestre do curso com carga horária total de 400 (quatrocentas) horas;
- b) Permitirá aos alunos que exerçam atividade docente regular na Educação Básica a redução de carga horária desse Estágio Supervisionado, até o máximo de 200 (duzentas) horas;

Estágio na forma de Residência Pedagógica

O Programa Residência Pedagógica, instituído pela Portaria Capes nº 38 de 28 de fevereiro de 2018 e regulamentado pelo Edital CAPES nº 06/2018, terá o total de 440 horas de atividades distribuídas da seguinte forma: 60 horas destinadas à ambientação na escola; 320 horas de imersão, sendo 100 de regência, que incluirá o planejamento e execução de pelo

menos uma intervenção pedagógica; e 60 horas destinadas à elaboração de relatório final, avaliação e socialização de atividades.

Em consonância com o Edital CAPES nº 06/2018 e o Edital PROGRAD/UFAL nº 13/2018, bem como a anuência do colegiado do Curso de História, o qual em 03 de abril de 2018 concordou com os termos da Residência Pedagógica descritos nos referidos editais e se comprometeu em reconhecer a Residência Pedagógica para efeito de cumprimento do estágio curricular supervisionado. Desse modo, a carga horária cumprida pelo Residente será utilizada para obtenção de aproveitamento de estudos no componente de estágio curricular supervisionado.

5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O ensino de graduação adotará políticas centradas em três grandes eixos, visando à melhoria contínua da oferta de seus cursos, a formação cidadã, o reconhecimento pela sociedade e a garantia de formação adequada ao perfil de egresso desejado. Isso passa necessariamente por inovação e qualificação, internacionalização e gestão acadêmica.

5.1. Inovação e Qualificação

A universidade deve possibilitar uma revisão permanente dos seus projetos pedagógicos, incluindo nesse debate os novos desenhos curriculares, inclusive aqueles já implantados quando da interiorização, estando atenta a novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas.

No curso de História se promove:

- O uso das ferramentas de Tecnologia da Informação e da Comunicação por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem;
- A Produção de material instrucional pelos docentes;
- A implantação de sistemas de tutoria e reforço das monitorias, sejam elas via presencial ou a distância;
- A adoção de metodologias inovadoras como *Problem-Based Learning* (PBL);
- A ampliação dos seminários integradores, projetos integradores e/ou seminários temáticos;

- Formação de grupos de aprendizagem (estudo, pesquisa e extensão), coordenados por docentes e acompanhados por alunos dos anos finais, criando assim uma ampla rede de atendimento didático pedagógico;
- O fomento as demais estruturas didático pedagógicas;
- Intensificação da mobilidade intra e interinstitucional como forma de ampliar conhecimentos, saberes e culturas.

A universidade não deve perder de vista que uma formação completa deve também levar em consideração a inclusão dos estudos dos direitos humanos, da sustentabilidade, da acessibilidade, das questões étnicos raciais e afros descendentes.

5.2. Internacionalização

O ensino de graduação pensa a internacionalização como um caminho de possibilidades de formação, deixando os currículos locais efetivamente sem fronteiras. O que implica na criação de novas normas de aproveitamento de estudos e adequação curricular para permitir o ir e vir dos sujeitos da aprendizagem. A flexibilização curricular, assim, é peça fundamental nesse processo. A universidade deve se preocupar também em dar uma formação inicial e/ou complementar nas línguas estrangeiras, eliminando um dos grandes limitadores na concretização do sonho de muitos discentes, e para isso, oferece cursos de línguas gratuitos, para estudantes e professores, ligados às atividades de extensão. Por isso, os/as nossos/as estudantes são estimulados e têm participado dos editais de intercâmbio para fora do país.

5.3. A Responsabilidade Social

A Universidade Federal de Alagoas não se considera proprietária de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, ao participar dessa sociedade, é sensível aos seus saberes, problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas próprias atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes em Alagoas, no Nordeste e no Brasil, a ação cidadã da UFAL não pode prescindir da efetiva difusão do conhecimento nela produzidos. Portanto, as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica são,

também, consideradas sujeito desse conhecimento, o que lhes assegura pleno direito de acesso às informações e produtos então resultantes.

Neste sentido, a prestação de serviços é considerada produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e extensão, devendo ser a realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

Desse modo, o curso de História anseia contribuir para o desenvolvimento da responsabilidade social da UFAL, uma vez que as atividades de ensino, pesquisa e extensão se realizam em estreita relação com a realidade social e política do estado de Alagoas e em diálogo com as demandas advindas de diversos grupos sociais.

O conjunto das atividades do curso responde a atual abertura do leque de atuação profissional do professor de História do ensino básico nos diversos campos de intervenção e visa contribuir significativamente à formação de profissionais que atuem em processos sócio-políticos e culturais para além do universo acadêmico, com foco principal nos espaços educacionais formais e não-formais.

Para tal propósito, além dos temas e ações de ensino, pesquisa e extensão, outras ainda têm se tornado o foco das atividades do curso, tais como as políticas públicas, a valorização da memória e do patrimônio cultural, a produção cultural e artística, as práticas e comportamentos políticos, os pleitos e características das comunidades tradicionais, rurais, quilombolas e indígenas.

O investimento do curso na formação de profissionais eticamente comprometidos com a sociedade e cientes de sua responsabilidade social, bem como na produção e divulgação de conhecimentos resultantes de processos dialógicos junto aos diversos grupos e movimentos sociais, objetiva contribuir para dirimir as desigualdades sociais presentes no Estado, inclusive a partir de uma prática docente qualificada.

5.4. Acessibilidade

A UFAL possui um núcleo de estudos (Núcleo de Acessibilidade - NAC) voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado aos portadores de necessidades especiais em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos/das estudantes: autodeclaração. Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades.

Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, junta-se agora o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica do curso atenta para o que diz o art. 59 da Lei nº 12.764/2012, que afirma: *Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.*

Assim, o Núcleo de Acessibilidade foi criado em outubro de 2013 e, desde então, tem consolidado suas ações na Instituição, e, de acordo com a Lei nº 13.146/2015 visa “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Em 17 de fevereiro de 2017 foi inaugurada a sua nova sede, no Centro de Interesse Comunitário (CIC), com três salas, as quais são utilizadas para reuniões com estudantes, professores, coordenadores e familiares, bem como, há a produção de materiais demandados por discentes com deficiência atendidos.

Atualmente, o NAC conta com uma coordenação, um revisor em Braille, doze bolsistas de apoio ao estudante com deficiência (selecionados por edital específico) e um psicólogo clínico. O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: a autodeclaração. Assim, professores e estudantes com deficiência, precisam solicitar atendimento educacional especializado e, este ocorre continuamente e de acordo com as suas necessidades. O NAC ainda disponibiliza o empréstimo de equipamentos de acessibilidade, como livros e máquina para escrita em Braille, por exemplo. Os acompanhamentos são avaliados ao final de cada semestre por professores dos/as estudantes com deficiência e pelos/as próprios/as estudantes, com a finalidade de aperfeiçoar os serviços oferecidos.

Além deste acompanhamento, o NAC tem investido na formação da comunidade universitária com a proposição de projetos, cursos e oficinas (Tecnologia Assistiva - Deficiência Visual e Deficiência Física, Estratégias de Ensino do Surdo cego, Práticas Inclusivas na Educação Superior, Sextas Inclusivas, entre outros).

Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades. Para tal atendimento a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos portadores de deficiência auditiva, visual, visual e auditiva e cognitiva sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso. À luz do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 – Regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

A partir de 2016, o NAC passou a atuar na intermediação com os diferentes órgãos da UFAL, principalmente junto à SINFRA, PROGRAD e PROEST, para a minimização de possíveis barreiras (físicas e acadêmicas) à permanência do estudante com deficiência, como preconiza a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Aqui, merece destaque a construção de calçadas táteis, rampas de acesso aos prédios, corrimãos, adaptações de banheiros e salas de aula, entre outras obras necessárias à permanência dos estudantes e professores com deficiência na universidade.

Com relação ao atendimento de discentes com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, incluso no instrumento de avaliação dos cursos de graduação do INEP de junho de 2015, a Universidade Federal de Alagoas, nesse momento fomenta estudos e debates no intuito de constituir uma política institucional que explicita ações neste âmbito e que fundamente os cursos de graduação desta instituição em metodologias e ações atitudinais que visem a inclusão de pessoas com este transtorno. Os discentes com transtorno do espectro autista também são atendidos pelo NAC.

Para ampliar o número de estudantes acompanhados, está em andamento visitas às coordenações do curso para a distribuição de materiais de divulgação do NAC, bem como a elaboração de campanha institucional para difundir o Núcleo nas redes sociais, pela Assessoria de Comunicação (ASCOM).

No que tange ao curso de História - Licenciatura, dentro de suas limitações e especificidades, tem-se incentivado docentes e técnicos a atender, sempre que houver necessidade, de forma especializada, àqueles que necessitam: disponibilizando material

didático digital acessível - tanto na biblioteca setorial como por meio de plataformas educacionais (Plataforma Moodle); disponibilizando material didático em formato impresso e acessível e, quando necessário, disponibilizando material em formato impresso em caráter ampliado (para estudantes com baixa visão).

Do ponto de vista das estratégias relativas à organização didático pedagógica, o curso conta com a inserção da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em seu Projeto Pedagógico. Além do mais, o curso dispõe de Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e de Iniciação à Docência (PIBID), que visam auxiliar, tanto os/as estudantes que buscam enriquecimento curricular, como aqueles que possuem algum tipo de dificuldade relativa à pesquisa científica.

Em respeito à diversidade inerente ao ser humano, e com intuito, na medida do possível, de assegurar a implementação da educação inclusiva, tentamos garantir em nossas avaliações, práticas especializadas para aqueles que têm algum tipo de necessidade específica, como: estudantes com deficiência visual, e discentes com grau leve de deficiência/problema mental. Como exemplos de ações afirmativas de inclusão, poderíamos citar que nosso corpo docente é orientado a estender o tempo de avaliação para esses discentes. Caso haja um alto grau de deficiência visual, existe a possibilidade de aplicação da avaliação oral, ou de outros mecanismos inclusivos.

Ressaltamos que os casos, nos quais haja a impossibilidade de atendimento dentro do próprio curso, seja por questões físicas, seja por questões de vulnerabilidades existentes, os mesmos são encaminhados para o Núcleo de Acessibilidade da UFAL.

5.5. Inclusão e Política de Cotas

No ano de 2015 foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os/as estudantes egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita, e 50% (cinquenta por cento) foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita. Nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22% (sessenta e sete vírgula vinte e dois por

cento). A meta da UFAL de destinar 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas públicas, foi atendida em 2016. Nesse momento, a instituição atende plenamente à Lei nº 12.711/2012, inclusive no que tange às cotas para pessoas com deficiência.

5.6. Apoio aos discentes

A política de Assistência Estudantil desenvolvida pela Universidade Federal de Alagoas segue os princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES que tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010). O PNAES apoia, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. A UFAL vai além, pois trabalha também com a perspectiva de universalidade no atendimento dos estudantes que frequentam o espaço universitário.

A instância de discussão e resolução das políticas de assistência estudantil é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, que a UFAL tem assento, e que se realiza anualmente, no qual são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró-Reitorias em nível nacional. Segundo o Plano de Desenvolvimento da UFAL – PDI (2013-2017), as políticas destinadas aos discentes são:

Apoio pedagógico

- Ações que buscam reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico. Desenvolvimento de ações de apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área; Desenvolvimento de ações de apoio ao acesso às línguas estrangeiras através de oferta de cursos de formação básica na área. Disponibilização de plantões sociais e psicológicos, como forma de orientar os/as discentes na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos para atendimento através da observação das expressões da questão social. Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades pedagógicas desses alunos e planejamento para superação das mesmas.

Estímulo à permanência

- Atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico; Pelo atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificados, com vistas ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; Pelo atendimento do estudante na área da saúde através da assistência médico odontológica; O fomento à prática de atividades física e de esporte; A promoção de atividades relacionadas à arte e cultura no espaço universitário; A implementação de bolsas institucionais que visam ao aprimoramento acadêmico.

Apoio financeiro

- Disponibilização de bolsa institucional a fim de incentivar os talentos e potenciais dos estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária que contribuam para sua formação acadêmica. Disponibilização de bolsas aos discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, a fim de ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento. Apoio financeiro aos discentes para se manterem dignamente em seus locais de estudo, especificamente, com relação à moradia e à alimentação. Apoio financeiro para apresentação de trabalho em eventos, incentivando a produção acadêmica, o intercâmbio cultural e a disseminação de novos conhecimentos.

Organização estudantil

- É feita por intermédio de projetos e ações esportivos, culturais e acadêmico-científicos quer sejam promovidos pela universidade quer sejam promovidos pelos estudantes. Para isso, os espaços físicos estão sendo ampliados, sendo uma parte dele reservada para a atividade dos centros acadêmicos, vindo a colaborar com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política dos estudantes.

Plano de acompanhamento do assistido

- Proporciona uma maior segurança para o aluno quanto a sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação do mesmo ao longo do curso, sem que o mesmo perceba o imenso prejuízo

que lhe é causado pelo adiamento em se colocar no mercado de trabalho, proporcionando garantias de aproveitamento acadêmico do assistido e sua finalização, para racionalização dos recursos públicos.

Assistência estudantil

A Pró-Reitoria Estudantil da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) promove a assistência estudantil nos *campi* do interior através dos Núcleos de Assistência ao Estudante – NAEs (campi do Sertão e Arapiraca e nas Unidades Educacionais fora da Sede). O NAE se constitui numa instância de atendimento psicológico e assistencial aos estudantes, tem vinculação direta com a Gerência de Assistência Estudantil (GAE), a Gerência de Esportes (GEE) e as Coordenações de Política Estudantil e Ações Acadêmicas, sob a supervisão da Gerência Administrativa da PROEST.

Os objetivos do NAE são:

- I – Fornecer dados de realidade que contribuam para elaboração de programas e projetos que atendam às necessidades da comunidade;
- II – Realizar estudos socioeconômicos visando à seleção de candidatos inscritos nos diversos programas;
- III – Realizar visitas domiciliares permitindo, assim, o conhecimento in loco da realidade social dos estudantes, estabelecendo formas de intervenção da instituição junto ao núcleo familiar da comunidade;
- IV – Viabilizar o acesso da comunidade acadêmica às diferentes modalidades de assistência;
- V – Proporcionar campo de estágio no NAE, possibilitando aos estudantes vivência teoria/prática e a interação junto ao setor;
- VI – Prestar atendimento individual aos estudantes que sejam encaminhados por suas coordenações ou que procurem espontaneamente o setor;
- VII – Propor formas de intervenção visando à formação com qualidade e inclusão social;
- VIII – Fazer levantamentos contínuos de dados sobre a realidade estudantil que permitam contribuir para delimitação e desenvolvimento de ações voltadas para a permanência do estudante em sua formação universitária;
- IX – Estimular discussões e reflexões sobre temas que contribuam para a formação acadêmica e cidadã dos estudantes;
- X – Incentivar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, culturais e esportivos.

Monitoria, Palestras, Minicursos

No que se refere à monitoria, a Coordenação de Graduação conduzirá o processo seletivo dos monitores seguindo cronograma da UFAL, e acompanhará, através de encontros com os/as professores/as responsáveis pela(s) disciplina(s) e com os/as monitores/as, o desempenho discente. O cronograma de acompanhamento das atividades será apresentado pelo responsável pela atividade após conclusão de cada processo seletivo.

As palestras ou minicursos visam à atualização discente e devem prioritariamente versar sobre temas (ou abordagens) contemporâneos, contemplando temáticas diversas e circulantes no mundo presente, em escalas local e global, não devendo se restringir apenas à área de formação. Por isso, outros docentes, estudantes dos cursos de Pós-graduação e pesquisadores externos podem ser convidados para essa ação. Serão proferidas palestras semestrais. Prioritariamente, a atividade não deve ser realizada nos horários de aula e, na medida do possível, devem buscar contemplar conteúdos e temas diversificados e atuais, de formação geral e com impacto direto na atuação profissional.

5.7. Integração entre ensino, pesquisa e extensão

Seguindo o que preceitua a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (1996) e o Plano Nacional de Educação (2014-2024), a Universidade Federal de Alagoas se constitui a partir do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista estar voltada à formação de profissionais, à transformação da sociedade e da própria universidade e à produção, preservação e difusão culturais.

Nesse sentido, as atividades de extensão implementadas no curso de História do Campus Sertão orientam-se pela construção do diálogo reflexivo e construtivo com os principais questionamentos, investigações, desafios, possibilidades e formas contemporâneas de socialização dos objetos ensino, pesquisa e extensão do curso: a formação de professores de História, a pesquisa em História, a reconstrução de memórias locais a partir de métodos científicos, os usos políticos dos saberes e da consciência histórica, a produção de materiais didáticos, metodologias, fontes e documentos históricos, a realização de eventos científicos, culturais, a publicação e divulgação do conhecimento historiográfico a partir do alto sertão alagoano.

Nesse sentido, as questões debatidas como conteúdo das disciplinas da graduação têm potencial para gerar temas, problemáticas e objetos de pesquisa científica, o que, por sua vez, pode gerar projetos de pesquisa em nível de iniciação científica, de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e também de projetos de pós-graduação em níveis *latu sensu* ou *strictu sensu*, como também podem ajudar a construir diversos tipos de atividades de extensão como projetos, eventos, produtos etc. em coparticipação com a sociedade civil. Da mesma forma, os resultados dessas pesquisas e atividades de extensão devem voltar-se para responder aos questionamentos e as necessidades das disciplinas no ensino de graduação a fim de que contribuam para a ampliação e o amadurecimento dos conhecimentos epistemológicos, conceituais, metodológicos, éticos, políticos e técnicos da formação dos professores-historiadores.

Existe, portanto, uma relação dialética entre ensino, pesquisa e extensão da qual o curso de História já apresenta resultados consolidados nesses dez anos de curso em que os eventos científicos, projetos de extensão e produtos promovidos no âmbito do curso têm sido registrado de diferentes formas: TCC, artigos, comunicações orais, palestras, lives, livros, planos de aulas e projetos didáticos para as disciplinas de graduação, formação de grupos de estudos, pesquisas e extensão, jogos e materiais didáticos lúdicos, cartilhas, exposições, realização de espetáculos artísticos etc. Outro aspecto importante a ser considerado é que diversos alunos do curso de História do Campus do Sertão têm construído carreiras no âmbito da pós-graduação (mestrado e doutorado) a partir dos objetos de estudos a que se dedicam desde que participaram dessas experiências formativas em que ensino, pesquisa e extensão se dão respeitando-se atentamente o rigor metodológico, mas sem ortodoxias, e sim, privando pela criatividade politicamente responsável de forma aberta e holística.

Sem hierarquias nem tutelas entre ensino, pesquisa e extensão, mas, contrariamente, compreendendo-as e buscando sempre aprimorar suas respectivas práticas como paralelas, autônomas, interdependentes e interconectadas, o curso de História as toma como espaços potencialmente significativos de produção de conhecimentos para todos os sujeitos envolvidos nos múltiplos processos de ensino e aprendizagem aí praticados. Esse dinamismo é capaz de promover transformações significativas na realidade local onde o curso está inserido.

5.7.1. Política de Extensão

A UFAL reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade e incentiva a promoção da extensão em todas as áreas temáticas de extensão e diretrizes gerais definidas pela Política Nacional de Extensão Universitária.

No âmbito desta Licenciatura em História, diversas ações de extensão têm sido desenvolvidas com o objetivo de contribuir na formação dos estudantes, de forma contextualizada socialmente, envolvendo diversas comunidades, no sentido da melhoria das condições de vida dessas populações.

A Resolução 65/2014 - CONSUNI/UFAL, no art. 3º, trata que “a Extensão Universitária, inspirada no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade”.

O Plano Nacional de Extensão assegura, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária. Em cumprimento a essa demanda, a UFAL aprovou a Resolução nº 04/2018, de 19/02/2018 – CONSUNI/UFAL, a qual define que esse percentual deverá ser cumprido através de ações de extensão que estejam formalizadas enquanto componente curricular obrigatório.

Da mesma forma, fundamentando-se na Resolução 113/95 CEPE/UFAL, compreendem-se as atividades de extensão universitária de caráter avulso, tais como atividades flexíveis, complementares e acadêmico-científico-culturais para a formação estudantil.

Dados do IPEA (2012) mostraram que a região do alto sertão alagoano é historicamente acometida por baixos índices de desenvolvimento escolar, sendo as taxas de alfabetização, por exemplo, mais baixas do que as taxas do Nordeste e do país, sobretudo, quando avaliada a população das zonas rurais. Esses dados influenciaram na escolha de cursos a serem implementados no campus do sertão da UFAL. Já nos PDI (2008-2012; 2013-2017) ficaram registradas a necessidade de proporcionar a formação qualificada e em nível superior de professores na região com fins de melhorar a realidade educacional. Região de clima semiárido, apresenta também problemas estruturais nas áreas de saúde, saneamento, segurança pública, promoção cultural e empregabilidade. Soma-se a essa realidade, o acesso, ainda deficitário às tecnologias de informação e comunicação. Essas realidades alteram não só as paisagens sertanejas, mas também as dinâmicas históricas e as relações sociais. Destarte,

essa região possui grandes potencialidades naturais (patrimônio ambiental), sociais (diversidade, patrimônio cultural, histórico e arqueológico) e econômicas.

A oferta deste Curso vai ao encontro de uma demanda imediata de formação universitária aos docentes da rede pública, assumindo papel de grande relevância na formação inicial dos educadores na valorização das potencialidades locais, resgate da história e cultura local/regional, palco de fatos da maior relevância da história regional e nacional, como o cangaço, a construção da primeira estrada de ferro ligando o litoral e o sertão (com o restante do trajeto feito por via fluvial), o pioneirismo da industrialização no interior, com a Fábrica da Pedra, da construção de grandes complexos hidroelétricos e seus impactos sociais, culturais e econômicos. É um cenário marcado pelas populações tradicionais indígenas, quilombolas, ribeirinhos e assentados da reforma agrária. Desta forma, com os eventos acima descritos, a universidade tem papel fundamental não apenas na formação dos profissionais de educação, mas desempenha também importante atuação no que se refere à produção de conhecimento acerca da história da região.

As diversas pesquisas e atividades de extensão realizadas pelos docentes e discentes do curso de História do campus sertão, mostram a diversidade de aspectos históricos que vem sendo investigados na região em termos de classe, raça, gênero, sexualidade, conflitos sociais, tradições culturais etc. Somam-se os esforços coletivos para construir uma historiografia e um ensino de história plurais no alto sertão alagoano, de maneira comprometida com a ética, justiça social, desenvolvimento humano e bem comum; valorizando a cultura regional e potencializando-a. tudo isso demanda diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, consideramos os eixos estruturantes das atividades de extensão assumidos pela UFAL: a) formação acadêmica, b) produção do conhecimento, c) interação com a sociedade e, d) produção, preservação e difusão cultural.

O quadro abaixo registra as ações de extensão já desenvolvidas no interior do curso de História do campus Sertão:

Título	Atividade	Vigência
Diálogos com Clio	Curso	2012-2013
Olhares de Clio	Curso	2013-2014
Griôs do Sertão: narrativas da história e da cultura afro-brasileira como experiência formativa para professores.	Curso	2013-2014
Encontro Nacional de História do Sertão ENHS	Evento	2013-2018

Memórias dos Anjos, identidades do povo: ações de Educação Patrimonial no município de Penedo-AL	Projeto	2013-2014
ABÍ AXÉ EGBÉ: músicas e danças afro-brasileira construindo a cidadania no sertão alagoano	Projeto	2013-2014
ABÍ AXÉ EGBÉ: músicas e danças afro-brasileira construindo a cidadania no sertão alagoano (ano II)	Projeto	2014-2015
Abí Axé Egbé apresenta a caravana mundo negro: jornada alagoana de oficinas e espetáculo “Mundo Negro”	Projeto	2015-2017
ABÍ AXÉ EGBÉ: a cultura afro-brasileira como tema transversal e articulador entre ensino, pesquisa e extensão no sertão alagoano	Projeto	2015-2017
I Ciclo de Formação Docente do Abí Axé Egbé: repensando a África e a cultura afro-brasileira	Evento	2016
II Ciclo de Formação Docente do Abí Axé Egbé: experiências negras em Alagoas	Evento	2018
Equipamento Cultural da UFAL: Grupo de Cultura Negra da UFAL Abí Axé Egbé	Projeto	2018-2019
Abí Axé Egbé: construindo memórias	Projeto	2019 a 2021
Café com Arqueologia	Curso	2021

Dessa forma, no contexto deste curso, as atividades curriculares de extensão estarão inseridas na Matriz Curricular na forma de quatro componentes curriculares, denominados *Atividades Curriculares de Extensão 1, 2, 3, 4 e 5* as quais se localizam, respectivamente, nos 6º, 7º, 8º e 9º períodos. Em tais componentes curriculares serão desenvolvidos prioritariamente projetos de extensão, podendo outras atividades extensionistas serem desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, cursos, eventos, produtos.

Para além do cumprimento da carga horária mínima de extensão através dos quatro componentes curriculares citados, o estudante poderá desenvolver outras atividades de extensão, devidamente registradas junto à Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, contabilizando esse excedente como carga horária complementar.

Ressaltamos que todas as atividades curriculares de extensão estarão articuladas ao Programa de Extensão do Curso, denominado “Diálogos entre História, Memória, Identidades e Educação”.

5.7.1.1. Programa de Extensão do curso

O Programa de Extensão do Curso de História se denomina “Diálogos entre História, Memória, Identidades e Educação” e foi criado no sentido de reunir os projetos e demais ações de extensão desta unidade acadêmica de modo a torná-los um todo orgânico. Seu principal objetivo é articular os conhecimentos produzidos no campo da História com as diversas demandas sociais, especificamente no que diz respeito à luta e garantia de direitos e à preservação e desenvolvimento culturais. Objetiva ainda incentivar e consolidar ações com abordagens interdisciplinares e interprofissionais, conforme as orientações pautadas tanto no Plano Nacional de Extensão Universitária (1999), quanto na Política Nacional de Extensão Universitária (2012).

Nesse sentido, o referido programa de extensão atua em duas áreas temáticas, a saber: História Social e História Cultural. As atividades de extensão, que nele estão congregadas, vinculam-se a alguma das seguintes linhas de extensão: I – Cultura material, meio ambiente e patrimônio histórico; II - Religiosidade, gênero, etnia e etnicidade; III - Sociedade, cultura e poder; IV – Educação e ensino de História; V - História, trabalho e movimentos sociais.

Em relação à formação discente, o programa de extensão aqui exposto visa levar o estudante a relacionar pesquisa e ação social na atuação do professor de História, tendo sempre em vista o atendimento das demandas sociais.

Abaixo, seguem os objetivos específicos do presente programa de extensão:

- Sensibilizar o/a estudante de História para intervenções orientadas na sociedade e para as causas dos movimentos sociais;
- Consolidar o campo do professor de História a partir de experiências concretas de troca de conhecimentos e intervenção que possibilitem a/ao estudante vislumbrar o alcance de sua prática profissional;
- Estimular debates e ações de extensão que enfatizem a construção de conhecimento através de um processo dialógico junto aos grupos sociais;
- Aprimorar técnico-metodologicamente, a partir de intervenções diretas e orientadas, as ferramentas de diagnóstico apresentadas e discutidas em sala de aula;

- Possibilitar a organização de ações de extensão que possam ser desenvolvidas no âmbito dos componentes curriculares obrigatórios de extensão, garantindo a efetiva participação e, conseqüente, formação dos estudantes em atividades extensionistas;
- Estabelecer maior organicidade entre as esferas do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

As ações de extensão, desenvolvidas no âmbito do presente programa de extensão, envolvem diferentes grupos sociais, órgãos e agentes públicos, movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais, tanto no município de Delmiro Gouveia como em outras localidades do Estado de Alagoas, e se voltam para temas de grande relevância social, tais como violência, educação, saúde, cultura e religiosidade popular, patrimônio, trabalho, direitos humanos, relações étnico-raciais, conflitos territoriais e ambientais.

5.7.2. Política de Pesquisa

Dado o caráter pluri e multidisciplinar que lhe é inerente, a Universidade Federal de Alagoas promove a pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, incentivando a formação de grupos e núcleos de estudo que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq.

O incentivo à produção científica, tecnológica e cultural qualificada, se dá através de mecanismos que visa o aumento da produção do conhecimento produzido na UFAL. Entre eles vale salientar a política de apoio prioritário à publicação em periódicos de alto fator de impacto, através de lançamento de edital de concessão de recursos para a tradução e pagamento de taxas de publicação. Além disso, o incentivo à vinda de pesquisadores e docentes estrangeiros para colaboração científica ampliará as parcerias para elaboração conjunta de projetos de pesquisa com instituições e/ou pesquisadores estrangeiros. Todas as ações de pesquisa desenvolvidas na UFAL são registradas e institucionalizadas, no âmbito da PROPEP, através da sua inclusão no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Os grupos existentes na UFAL e suas linhas de pesquisa podem ser consultados, sempre de forma atualizada, no link <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>. É imprescindível a existência de uma política de utilização e manutenção de equipamentos multiusuários de pesquisa adquiridos via projetos institucionais. Para tal, deve-se ampliar a divulgação da lista dos equipamentos adquiridos em projetos institucionais e o estabelecimento de regras e critérios de sua

utilização. Além disso, serão criados programas de manutenção de equipamentos multiusuários de uso institucional.

5.7.2.1. A estruturação das pesquisas do curso

As pesquisas realizadas no curso de História - Licenciatura estão ambientadas nos diferentes grupos ou núcleos de pesquisa vinculados a Unidade. Os/as professores/as, individualmente ou em parceria, coordenam esses grupos de pesquisa que normalmente estão registrados no CNPq. A partir deles, os/as estudantes são selecionados para participar de pesquisa em qualquer das áreas de conhecimento do curso de acordo com uma demanda momentânea. Sempre que possível, as pesquisas contam com financiamento público ou privado, sendo uma política da unidade oferecer estrutura física e recursos humanos como principais contrapartidas. Também é uma prática da unidade motivar os/as professores/as a desenvolverem pesquisas contando com a participação de estudantes bolsistas ou voluntários vinculados ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq. A orientação geral é que sejam incorporadas as atividades de pesquisa, estudantes de disciplinas ofertadas a partir do 2º período do curso.

Quadro 12 – Grupos de Pesquisa da Unidade registrados no CNPq

Nome dos Grupos de Pesquisa
Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Cultura e Sociedade – GEPHISC
Núcleo de Pesquisa em Arqueologia e História do Campus do Sertão - NUPEAH
Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Diversidade e Educação do Sertão – NUDES
Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra e Território – OBELUTTE

6. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

No curso de História, além das aulas expositiva, com a leitura prévia da bibliografia básica e complementar, o curso adota outras metodologias como a análise de documentos escritos, sonoros e fotográficos, de filmes e documentários; visitas a sítios históricos, museus, arquivos, galerias de arte e outros espaços detentores de valor histórico. Partindo dessas experiências, os estudantes são estimulados a participar de debates e produzir materiais para uso didático, objetivando o desenvolvimento de competências e habilidades no campo do

ensino da história, bem como, experimentar a interdisciplinaridade e articular a teoria, a prática e a flexibilidade curricular.

A propósito de metodologias que proporcionem a inovação e qualificação, segundo o PDI (2013-2017), a política da UFAL é:

- A universidade deve possibilitar uma revisão permanente dos seus projetos pedagógicos, incluindo nesse debate os novos desenhos curriculares, inclusive aqueles já implantados quando da interiorização, estando atenta a novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas.
- O uso das ferramentas de Tecnologia da Informação e da Comunicação por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem;
- Produção de material instrucional pelos docentes;
- Implantação de sistemas de tutoria e reforço das monitorias, sejam elas via presencial ou a distância;
- Adoção de metodologias inovadoras como *Problem-Based Learning (PBL)*;
- Ampliação dos seminários integradores, projetos integradores e/ou seminários temáticos;
- Formação de grupos de aprendizagem, coordenados por docentes e acompanhados por alunos dos anos finais, criando assim uma ampla rede de atendimento didático pedagógico;
- Fomentar demais estruturas didático-pedagógicas;
- Intensificar a mobilidade intra e interinstitucional como forma de ampliar conhecimentos, saberes e culturas.

Sobre os atendimentos educacionais especializados aos alunos com necessidades específicas, a UFAL já alcançou as seguintes metas (PDI 2013-2017):

- Implantação no Sistema de Bibliotecas da UFAL (SIBI/UFAL) de serviços para usuários especiais, tais como deficientes auditivos e visuais;
- Revisão e ampliação das rampas de acesso dos Campi e Unidades Educacionais;
- Ampliação de calçadas interligando os blocos administrativos e acadêmicos nos Campi;
- Revisão e sinalização dos Campi e Unidades Educacionais;
- Preparação de material acadêmico de apoio áudio visual;
- Implantação de elevadores em locais específicos.

7. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Entende-se por avaliação um processo contínuo de geração de informações que norteiem as ações pedagógicas e a gestão acadêmica, visando ao crescimento qualitativo do curso. Esse processo permite que todos avaliem e sejam igualmente avaliados nas seguintes dimensões: a) avaliação do projeto pedagógico; b) avaliação do corpo discente; c) avaliação do corpo docente; d) avaliação externa.

O curso de História da UFAL deve passar periodicamente por um processo de avaliação interna, visando garantir a abertura para possíveis reajustes e futuras reformulações. Uma comissão interna de avaliação, formada por docentes e representantes discentes, avaliará, a partir de critérios e recursos previamente discutidos pela comunidade acadêmica, os seguintes aspectos:

- a) o contexto do curso – campo de trabalho, perfil do ingressante;
- b) finalidade do curso – alcance dos objetivos e das estratégias, evolução das áreas do conhecimento pertinentes ao curso;
- c) resultado do projeto do curso – índice de evasão e reprovação e desempenho dos egressos;
- d) aspectos técnico-administrativo-acadêmicos – qualificação e desempenho dos professores e profissionais técnico-administrativos; e) instalações físicas.

A avaliação permanente do Projeto Pedagógico do Curso a ser implementado com esta proposta é importante para aferir o sucesso do novo currículo para o curso, como também para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorar este projeto, vez que o projeto é dinâmico e deve passar por constantes avaliações.

Os mecanismos a serem utilizados deverão permitir uma avaliação institucional e uma avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem – de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do referido projeto. Deverão ser utilizadas estratégias que possam efetivar a discussão ampla do projeto mediante um conjunto de questionamentos previamente ordenados que busquem encontrar suas deficiências, se existirem.

No que diz respeito à avaliação de rendimento escolar, o curso segue as instruções normativas da UFAL. A avaliação do desempenho docente será efetivada pelos alunos/disciplinas fazendo uso de formulário próprio e de acordo com o processo de avaliação institucional.

O Curso será avaliado também pela sociedade através da ação/intervenção docente/discente expressa na produção e nas atividades concretizadas no âmbito da extensão universitária em parceria com indústrias alagoanas e estágios curriculares não obrigatórios.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para a avaliação das condições de ensino também servirá de instrumento para avaliação, sendo o mesmo constituído pelos seguintes tópicos:

1. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação;
2. Corpo docente: formação profissional, condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional;
3. Infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual e formativa; e, manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do Projeto Pedagógico do curso.

A avaliação da aprendizagem considera os aspectos legais determinados na Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional no que concerne à aferição quantitativa do percentual de 75% de presença às atividades de ensino previstas pela carga horária de cada disciplina e no total da carga horária do curso e qualitativa em relação ao total de pontos obtidos pelo aluno em cada disciplina.

As Instituições de Ensino Superior, nos termos do Parecer CNE/CES, 0289/2003, deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contêm no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando, estando presentes o desempenho da relação professor e aluno, a parceria do aluno para com a instituição e o professor.

No plano interno, a avaliação da aprendizagem atende ao Art. 9º da Resolução 25/05 – CEPE, de 26 de outubro de 2005, que determina que o regime de aprovação do aluno em cada

disciplina será efetivado mediante a apuração da frequência às atividades didáticas e do rendimento escolar, os quais deverão ser verificados conjuntamente.

Neste entendimento, o Art. 10 afirma que:

Será considerado reprovado por falta o aluno que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo.

Parágrafo Único - O abono, compensação de faltas ou dispensa de frequência, só será permitido nos casos especiais previstos nos termos do Decreto-Lei no 1.044 (21/10/1969), Decreto-Lei no 6.202 (17/04/1975) e no Regimento Geral da UFAL (RESOLUÇÃO nº 25/05, 2005).

A mesma resolução apresenta um capítulo detalhando como se efetiva a apuração do rendimento escolar. Sobre a forma das avaliações se darem:

Art. 11 - A avaliação do rendimento escolar se dará através de:

- (a) Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;
- (b) Prova Final (PF), quando for o caso;
- (c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (RESOLUÇÃO nº 25/05, 2005).

Os parágrafos do Art. 11 tratam ainda do período possível de realização das atividades de avaliação, quando comparadas à divulgação de notas de avaliações anteriores:

§ 1o – Somente poderão ser realizadas atividades de avaliação, inclusive prova final, após a divulgação antecipada de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, das notas obtidas pelo aluno em avaliações anteriores.

§ 2o - O aluno terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão da correção de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso (RESOLUÇÃO nº 25/05, 2005).

Em termos de conteúdo e instrumentos de avaliação possíveis de serem utilizados pelos professores:

Art. 13 - Cada Avaliação Bimestral (AB) deverá ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será resultante de mais de 01 (um) instrumento de avaliação, tais como: provas escritas e provas práticas, além de outras opções como provas orais, seminários, experiências clínicas, estudos de caso, atividades práticas em qualquer campo utilizado no processo de aprendizagem (RESOLUÇÃO nº 25/05, 2005).

A Universidade Federal de Alagoas considera ainda a possibilidade de realização de Prova de Reavaliação (PR) após a realização das avaliações bimestrais, algo descrito nos parágrafos do Art. 13 da Resolução nº 25/2005 de 2005, considerando ainda, que, para as AB

não há descrição da possibilidade de reposição em caso de falta, ficando a critério do professor a sua aplicação:

§ 1o - Em cada bimestre, o aluno que tiver deixado de cumprir 01 (um) ou mais dos instrumentos de avaliação terá a sua nota, na Avaliação Bimestral (AB) respectiva, calculada considerando-se a média das avaliações programadas e efetivadas pela disciplina.

§ 2o - Em cada disciplina, o aluno que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das 02 (duas) Avaliações Bimestrais, terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior.

Assim, para elaboração da Nota Final e aprovação ou reprovação diretas, considera-se:

Art. 14 - A Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas das 02 (duas) Avaliações Bimestrais.

§ 1o - Será aprovado, livre de prova final, o aluno que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete).

§ 2o - Estará automaticamente reprovado o aluno cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco) (RESOLUÇÃO, 2005).

Como visto, a Resolução nº 25/2005, considera ainda como forma de avaliação do rendimento escolar a realização de uma Prova Final que ocorre a partir das seguintes características, que se diferenciam das AB:

Art. 15 - O aluno que obtiver Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

Parágrafo Único - A Prova Final (PF) abrangerá todo o conteúdo da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em época posterior às reavaliações, conforme o Calendário Acadêmico da UFAL.

Art. 16 - Será considerado aprovado, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o aluno que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Parágrafo Único - O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis), e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

Art. 17 - Terá direito a uma segunda chamada o aluno que, não tendo comparecido à Prova Final (PF), comprove impedimento legal ou motivo de doença, devendo requerê-la ao respectivo Colegiado do Curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prova.

Parágrafo Único - A Prova Final, em segunda chamada, realizar-se-á até 05 (cinco) dias após a realização da primeira chamada, onde prevalecerá o mesmo critério disposto no Parágrafo único do Art. 16 (RESOLUÇÃO nº 25, 2005).

Considerando as normas institucionais vigentes e citadas anteriormente, o PPC do curso de História considera que a avaliação da aprendizagem é condizente com a concepção de ensino-aprendizagem que norteia a metodologia adotada para a consecução da proposta

curricular, de forma a fortalecer a perspectiva da formação integral dos alunos, respeitando a diversidade e a pluralidade das suas formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais.

9. OUTRAS AVALIAÇÕES

As ações visando à avaliação do curso de História se orientam pelas normatizações da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES) e se expressaram de diferentes formas. No que se refere a avaliação institucional visa à melhoria das atividades internas do Curso de História e se baseia nos indicadores da avaliação docente, discente, técnico-administrativa e demais instâncias (ex-alunos e sociedade acadêmica), além de verificar questões de infraestrutura.

A avaliação institucional será realizada anualmente com base nos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e nos relatórios de auto avaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pelos processos internos da avaliação da UFAL.

Sobre a formação dos discentes, o curso de História do Campus do Sertão, visando a formação de professores preparados para atuar de forma eficiente e responsável, busca criar um ambiente de acompanhamento contínuo dos alunos, tanto em seu período acadêmico quanto no seu engajamento no mercado de trabalho ou em cursos de pós-graduação. Este acompanhamento será realizado em regime de tutoria, em que os professores darão apoio técnico-científico para a área de atuação profissional e/ou acadêmica dos alunos.

Após o período acadêmico, os alunos serão acompanhados e orientados pelo corpo docente e Coordenação para o melhor desempenho de suas funções como profissionais, tanto em seu primeiro emprego como no ingresso em cursos de Pós-graduação. Ao término de cada período, o Centro Acadêmico de História, junto com a Coordenação do Curso, realiza avaliação interna com os discentes.

Outro instrumento avaliativo utilizado no âmbito do curso de História é o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Isto decorre do fato de que o PPC deve ser considerado um norteador das ações e das atividades desenvolvidas no curso. Neste sentido, o PPC deve ser avaliado e aperfeiçoado de maneira dinâmica e participativa a partir do amadurecimento de discussões entre os diversos atores envolvidos: docentes, discentes, gestores, técnicos, funcionários e sociedade, refletindo as necessidades de atualização decorrentes de mudanças

instrucionais e de novas tecnologias para fins didáticos e demais situações que demandam uma recontextualização do curso.

Outro aspecto que deve estar permanentemente presente na avaliação do PPC trata-se do seu alinhamento com o Plano de Desenvolvimento do Campus Sertão e com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFAL.

O Núcleo Docente Estruturante acompanha permanentemente a implementação, desenvolvimento e avaliação do PPC de forma a garantir a melhor qualidade educativa em todas as suas etapas. Através de reuniões periódicas os seus membros avaliam a pertinência das disciplinas, seu ordenamento, a atualização da bibliografia referenciada e as condições de realização de práticas e estágios supervisionados, de modo a ter condições concretas de intervir sempre que necessária no sentido do aperfeiçoamento do PPC.

Finalmente, quanto a avaliação do docente pelo discente, o curso de História segue a diretrizes da Resolução nº 46/2014 – CONSUNI/UFAL, a qual dispõe sobre a participação discente no processo de avaliação do docente para fins de progressão na carreira, bem como, de desempenho em estágio probatório, será mediante o voto da representação estudantil no Conselho do Campus Sertão.

10. INFRAESTRUTURA

A infraestrutura disponível no Campus do Sertão para o curso de História conta com salas de aula, pesquisa, extensão e gestão, além de laboratório de informática e biblioteca. Todas climatizadas.

Quadro da infraestrutura do Campus do Sertão

Espaço	Quantidade
Auditório	1
Biblioteca	1
Laboratório de informática	1
Mini auditório	1
Sala de aula climatizada	8
Sala de monitoria	1
Sala do NAE – Núcleo de Apoio ao Estudante	1
Sala de reunião dos professores	1

Sala da coordenação do curso	1
Sala do NUPHEA – Núcleo de Estudos em Arqueologia e História	1
Sala do equipamento cultural ABÍ AXÉ EGBÉ	1
Sala do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão do São Francisco - NUPEDS	1
Sala do Centro Acadêmico de História	1
Datashow para sala de aula	8
Impressora	3

ELEVADOR E RAMPAS DE ACESSO

No tocante as condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzidas, o Campus do Sertão possui elevador e rampas de acesso, cumprindo, assim, a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito de todos (as) à educação, tendo como princípio o ensino de igualdade de condições para acesso e permanência na UFAL, e também, a Norma Técnica de Acessibilidade ABNT NBR 9.050/2004.

11 REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Propostas curriculares em questão: saberes e docentes e trajetórias da educação.** In: CUNHA, Maria Isabel da (org.). Reflexões e práticas em pedagogia universitária. Campinas: Papirus, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Instrumento de avaliação de cursos de graduação – bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia.** Brasília, abril, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDBEN, N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer** N° CNE/CP 28/2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer** N° CNE/CP 009/2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer** N° CNE/CES 492/2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução N° CNE/CES 13/2002.**

CAIMI, Flávia Eloísa. **Conversas e controvérsias: o ensino de História no Brasil (1980-1998).** Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: UNESP, 2001. Autêntica, 2003.

FLORES, Alberto Vivar; LIMA, José Roberto Santos. **Projeto Político Pedagógico do Curso de História Licenciatura – Plena.** Maceió: UFAL, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Renato Janine. **Humanidades: um novo curso na USP.** São Paulo: EDUSP, 2001.

TREVISAN, Elisaide; LEISTER, Margareth Anne; DICHER, Marilu. **A transversalidade no ensino superior como via de reforma para uma educação ética e humanitária.** Anais da Conferência Internacional Saberes para uma Cidadania Planetária. Fortaleza/Ceará/Brasil - 24 a 27 de maio de 2016. Disponível em: <http://uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos_completos/247-38409-30032016-213523.pdf>. Acesso 27/09/2018.

SOUZA NETO, Samuel de; SILVA, Valdeí Pinto da. **Prática como componente curricular: questões e reflexões.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n° 43, p. 889-909, set./dez. 2014.

UFAL. Coordenação do Curso de História. **Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso.** Delmiro Gouveia, 25 de outubro de 2013.

UFAL. PROEST. **Normatização de Núcleo de Apoio ao Estudante, NAE, nos campi do Sertão e Arapiraca (e nas Unidades Educacionais fora de Sede).** Maceió, 2012.

UFAL. Resolução N° 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005. **Institui e regulamenta o funcionamento do Regime Acadêmico Semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006.**

UFAL. **Resolução N° 56/1995** – CEPE, de 18 de julho de 1995.

UFAL. **Regimento Geral.** Maceió/AL, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e ensino superior: projeto-político pedagógico.** Campinas: Papirus, 2004.

12 ANEXOS

ANEXO I – Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso de História



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA – CAMPUS DO SERTÃO**

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 27 de setembro de 2017

Trata sobre a regulamentação da elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos do Curso de Licenciatura em História do Campus do Sertão, e adota outras providências.

CAPÍTULO I NOMENCLATURA E NATUREZA

Art.1º – A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de que trata este Regulamento, constitui atividade obrigatória para fins de graduação no curso de Licenciatura em História.

Art. 2º - A matrícula no TCC dar-se-á automaticamente, a partir do quinto período, mediante a elaboração de um projeto de pesquisa desenvolvido na disciplina Pesquisa Educacional.

Art. 3º - O TCC não possui horário fixo semestral; sua carga horária total, será de 60 (sessenta) horas, computadas com vistas à integralização da carga horária do curso.

Art. 4º - Os objetivos gerais do Trabalho de Conclusão de Curso são os de propiciar aos discentes a oportunidade de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, a consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação crítica.

Parágrafo primeiro. O TCC é um trabalho de natureza acadêmico-científica elaborado individualmente pelo estudante concluinte do Curso de Graduação em Licenciatura em História.

Art. 5º - O TCC pode ser de natureza:

I – teórica, em que o estudante discute um tema relevante com o objetivo de rever a bibliografia produzida até então, devendo analisar conceitos de vários autores e propor ou apontar novas formulações sobre o tema em questão;

II – teórica-empírica, em que o estudante elabora, juntamente com a pesquisa teórica, uma pesquisa das evidências ou de campo, levantando os dados primários e secundários, entrando em contato direto com o universo do seu objeto de estudo e fundamentando assim a discussão teórica a partir da análise do material coletado;

III – todos os trabalhos deverão apresentar um objeto de investigação que configure o campo de análise do professor-pesquisador em História.

IV – O TCC poderá ser elaborado nas modalidades: monografia ou artigo científico, cabendo ao orientador/a, em acordo com o orientando/a, definir a escolha.

Art. 6º - Quanto às linhas de pesquisa:

I – Cultura material, meio ambiente e patrimônio histórico;

II - Religiosidade, gênero, etnia e etnicidade;

III - Sociedade, cultura e poder;

IV – Educação e ensino de História;

V - História, trabalho e movimentos sociais.

CAPÍTULO II NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DO TCC

Art. 7º - A elaboração formal do TCC deve ser feito de acordo com o Padrão UFAL de Normatização. Disponível em: <<http://www.ichca.ufal.br/graduacao/filosofia/wp-content/uploads/Padrao%20Ufal%20de%20Normalizacao.pdf>>.

Art. 8º - O TCC, na modalidade Monografia pode ser elaborado individualmente pelos estudantes, com a orientação preferencialmente de um docente do Curso de História ou outro docente da Universidade Federal de Alagoas. Na modalidade de artigo científico a elaboração deverá ser realizada individualmente.

Art. 9º - O(s) estudante(s) terá (terão) o prazo de três períodos letivos para elaborar, apresentar e defender o TCC.

I - Caso o aluno não consiga entregar o TCC até o final do semestre letivo em que cumprir todas as outras exigências da matriz curricular, deverá realizar matrícula-vínculo no início de cada semestre letivo subsequente, até a entrega do TCC ou, se for o caso, quando atingir o prazo máximo para a integralização da grade curricular, caso contrário, sofrerá a pena de desligamento do Curso.

II – Caberá ao orientador a definição da obrigatoriedade ou não da defesa pública do TCC.

CAPÍTULO III ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

DO CURSO DE HISTÓRIA

Art. 10º - O (a) Coordenador/a do TCC será um(a) membro(a) do corpo docente escolhido(a) pelo Colegiado do Curso; na ausência de um(a) Coordenador/a de TCC caberá ao Coordenador/a do Curso acumular as referidas coordenações.

Art. 11º - Compete ao Coordenador(a) do Trabalho de Conclusão do Curso de História:

I – definir, a partir de critérios de equidade, junto aos professores do Curso de História, as quotas individuais de orientação, sendo que a relação orientador(a)/orientandos (as) não ultrapassará o número de dez estudantes;

II – estabelecer o calendário de inscrição para orientação;

III – orientar os estudantes na escolha dos orientadores, divulgando as linhas de pesquisa a que estão vinculados os professores;

IV – convocar, sempre que necessário, os orientadores para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação do TCC;

V – organizar a listagem de estudantes por orientadores e encaminhá-la à ao Colegiado;

VI – coordenar, quando for o caso, o processo de substituição de orientadores, após consulta ao Colegiado de Curso;

VII – encaminhar, após a apresentação dos TCC's um exemplar, impresso e digital, para o Centro de Documentação do Curso, outro para a Biblioteca do Campus e outra para a Biblioteca Central da Universidade;

VIII – solicitar os Termos de Orientação entre orientadores e orientandos, e encaminhá-los ao Colegiado.

CAPÍTULO IV ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR

Art. 12º - Compete ao Orientador do TCC:

I – estabelecer o plano e o cronograma de trabalho em conjunto com o orientando;

II – orientar o estudante, individualmente, no processo de organização e elaboração do trabalho científico, em suas várias etapas;

III – informar o orientando sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação;

IV – encaminhar ao Colegiado, com 30 dias de antecedência da data da defesa, após diálogo com o orientando, o nome dos componentes da Banca Examinadora, para homologação;

V – presidir a Banca Examinadora do TCC por ele orientado;

VI – comunicar o Coordenador de TCC quando ocorrerem problemas, dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação, para que o mesmo tome as devidas providências;

VII – estabelecer, caso julgue necessário, a coorientação de docente especializado na temática escolhida pelo estudante;

VIII – comparecer às reuniões, convocadas pelo Coordenador de TCC, para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação de trabalhos.

Art.13º - O Orientador deve ser docente da Universidade Federal de Alagoas.

Parágrafo único - A carga horária destinada ao professor orientador deverá seguir as normas da Universidade quanto à atribuição de atividades docentes.

CAPÍTULO V ATRIBUIÇÕES DO ORIENTANDO

Art. 14º - Compete ao orientando:

I – submeter-se à entrevista formal com o Orientador, apresentando o tema no prazo de quinze dias antes da publicação do resultado final das inscrições;

II – entregar o TCC concluído à Secretaria do Curso em 04 (três) vias, com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da defesa, após o aval do Orientador;

III – cumprir as normas e regulamentação próprias do TCC;

IV – cumprir o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com o seu Orientador;

V – defender publicamente o trabalho desenvolvido, em conformidade com a decisão do orientador/a;

Art. 15º - São direitos do orientando:

I – definir, em conjunto com o Orientador, a temática, o planejamento e o cronograma de atividades do TCC, de acordo com as linhas de pesquisa do Curso;

II – ter um Orientador, indicado na forma prevista neste Regulamento do TCC, com conhecimento na área da temática escolhida;

III – ser informado sobre as normas e regulamentação próprias do TCC;

IV – comunicar ao Coordenador do TCC quando ocorrerem problemas, dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação, para que o mesmo tome as devidas providências, inclusive solicitar, por escrito, a substituição do orientador.

CAPÍTULO VI PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

Art. 16º - O estudante deve fazer a sua inscrição junto ao Curso de História para definir a orientação na primeira quinzena após início do oitavo período letivo.

Art. 17º - O planejamento das atividades para a elaboração do TCC deverá estar de acordo com os prazos definidos pelo calendário escolar.

CAPÍTULO VII CRITÉRIOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Art. 18º - Os TCC's devem ser avaliados através de Banca Examinadora composta por 3 (três) docentes e por (dois) suplentes da instituição.

Art. 19º - Excepcionalmente pode integrar a Banca Examinadora docente de outra instituição, desde que não acarrete ônus para a Universidade.

Art. 20º - O presidente da Banca deve ser o orientador do TCC.

Art. 21º - A apresentação do TCC, quando definido pelo orientador, deve ser aberta ao público, a partir de exposição oral do trabalho escrito por parte do estudante, sendo atribuída nota ao referido trabalho.

Art. 22º - A nota mínima para aprovação do TCC é 7,0 (sete).

Art. 23º - A avaliação do TCC será documentada em ata elaborada pelo presidente da Banca Examinadora, onde devem constar as notas que cada examinador atribuiu ao estudante, com as respectivas assinaturas e a média final.

Art. 24º - A avaliação dos estudantes pela Banca Examinadora obedecerá aos seguintes critérios:

I – avaliação da apresentação oral;

a) cumprimento do tempo destinado à exposição;

b) clareza da apresentação, cujo objetivo é o de apresentar o trabalho ao público presente;

II – avaliação do trabalho escrito;

a) O trabalho escrito na modalidade Monografia, com no mínimo 30 (trinta) páginas, excetuando os elementos pré-textuais, deve obedecer às normas do Padrão UFAL de Normatização;

b) O Trabalho escrito na modalidade Artigo Científico, com no mínimo 15 (quinze) páginas e máximo de 25 (páginas), excetuando os elementos pré-textuais, deve obedecer às normas do Padrão UFAL de Normatização;

c) articulação e coordenação das ideias;

d) coerência dos argumentos e objetivos propostos pelo autor do trabalho.

III – o candidato deverá minimamente articular considerações sobre o parecer e arguição dos membros da Banca Examinadora, quando houver defesa pública.

Parágrafo único: O aluno terá 20 minutos para a exposição do trabalho e cada examinador terá 15 minutos para a arguição.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25º - Os custos da elaboração do TCC ficam a cargo do estudante.

Art. 26º - O presente Regulamento aplica-se exclusivamente aos estudantes do Curso de História do Campus do Sertão.

Art. 27º - Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de História.

Art. 28º – Estas normas, aprovadas pelos membros do Colegiado do Curso de História em 27 de setembro de 2017, entram em vigor na data de sua publicação.

Delmiro Gouveia, 27 de setembro de 2017.

ANEXO II - Acompanhamento as Atividade Acadêmico-Científico-Culturais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
Curso de História

Aluno:

Matrícula

Atividades	Quantidade de horas por atividade	Total de horas por atividade	Nº de Horas computadas
Participação em minicursos, cursos e oficinas relacionadas com a área do curso e afins	100% das horas para cada atividade apresentada	60 h	
Participação em seminários, palestras, congressos e similares	100% das horas para cada atividade apresentada	60 h	
Participação em visitas técnicas e excursões relacionadas com as áreas do curso e afins	05h para cada atividade apresentada	30 h	
Participação em atividades de campo e laboratório de arqueologia	100% das horas para cada atividade apresentada	60 h	
Participação como palestrante em seminários, mesas-redondas entre outros	20 h por participação	60 h	
Apresentação de trabalho em eventos científicos e culturais	20 h por apresentação	60 h	
Publicação de artigos, resenhas em revistas e anais de cunho científico	30 h por publicação	90 h	
Iniciação à pesquisa	50 h por semestre	100 h	
Monitoria	40 h por semestre	80 h	
Projeto de extensão	40 h por projeto	80 h	
Estágios curriculares não-obrigatórios	30 h por semestre	90 h	
Organização de eventos acadêmicos científicos culturais	20 h por evento	60 h	
Publicação de textos em jornais	20 h por apresentação	40 h	
Atividades voluntárias desenvolvidas com organizações privadas, públicas e não governamentais	20 h por semestre	40 h	
Participação em Colegiado de curso ou Conselho do Campus	20 h por semestre	40 h	
Participação em núcleo de estudo e de pesquisas	30 h por semestre	90 h	
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	Mínimo de 200 h		

¹ GOVERNO FEDERAL. Situação Social nos Estados. Brasília: IPEA, 2012. p. 26.

² UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Relatório de Atividades do Exercício de 2017, Campus do Sertão. Delmiro Gouveia: UFAL, 2017.

³ Também em conformidade com o Parecer CNE/CP 28/2001.